



Consultora: Vânia Apolônio de Trajano

Número do Contrato de Prestação de Serviços Profissionais de Consultoria N° 115112

Nome do Projeto: Mudanças Climáticas

Produto 2

**Documento contendo metodologia, atividades e conteúdo para a avaliação da
cooperação técnica do MMA com o IICA**

Julho/2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	06
1. AS AÇÕES DA COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O IICA.....	08
2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO.....	08
3. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO.....	10
3.1 PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PCT BRA/IICA/05/004.....	10
3.2 PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PCT BRA/IICA/14/001.....	33
3.3 PROGRAMA DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO - PCD IICA/BID.....	48
3.4 PROJETO ECONORMAS/MERCOSUL.....	55
ANEXO 1 - Síntese da Execução do PCT BRA/IICA/05/004 Objetivo 1	64
ANEXO 2 - Síntese da Execução do PCT BRA/IICA/05/004 Objetivo 1.....	65
ANEXO 3 - Síntese da Execução do PCT BRA/IICA/05/004 Objetivo 1.....	66

LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AL	Alagoas
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ASD	Áreas Suscetíveis à Desertificação
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CE	Ceará
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COP	Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação
CRIC	Comitê de Revisão da Implementação da Convenção
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra Secas
DCD	Departamento de Combate à Desertificação
ES	Espírito Santo
GMC	Grupo Mercado Comum
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MA	Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais

LISTA DE SIGLAS

MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAE	Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação
PAN Brasil	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PB	Paraíba
PCD	Programa de Combate à Desertificação
PCT	Projeto de Cooperação Técnica
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PIR	Programa Indicativo Regional
RN	Rio Grande do Norte
SAP	Sistema de Alerta Precoce
SE	Sergipe
SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SRHU	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Orçamento do PCT BRA/IICA/05/004

Quadro 2 - Execução Financeira Anual do PCT BRA/IICA/05/004

Quadro 3 - Orçamento e Execução Financeira Total do Projeto BRA/IICA/05/004, por OGM

Quadro 4 - Execução Financeira Total do PCT BRA/IICA/05/004, por OGM

Quadro 5 - Repasses de Recursos Financeiros do MMA para para o PCT BRA/IICA/05/004

Quadro 6 - Orçamento do PCT BRA/IICA/14/001

Quadro 7 - Orçamento e Execução Financeira Total do PCT BRA/IICA/14/001, por OGM

Quadro 8 - Repasses de Recursos Financeiros do MMA para o PCT BRA/IICA/14/001

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Cooperação Técnica PCT BRA/IICA/14/001, em execução no âmbito da cooperação Brasil, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – SEDR/MMA, e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, tem como objetivo principal definir estratégias para o planejamento e implementação de ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Estratégia Decenal da UNCCD.

Para isto espera fortalecer os processos de formulação e de implementação de estratégias de combate à desertificação de modo a consolidar a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e a garantir uma maior interação do MMA com o conjunto dos atores sociais e institucionais assegurando que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários.

Por meio do Edital Nº 068/2015 - Seleção de Consultoria Pessoa Física, Código TR/PF/IICA/5520, deu-se a contratação desta consultoria para sistematizar informações e elaborar estudo dos impactos das intervenções para o combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica internacional com o IICA apontando insumos para o Relatório Nacional da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, diretrizes e estratégias para o MMA.

No Contrato de Prestação de Serviços Nº 115112 desta consultoria foram estabelecidos os seguintes produtos: Relatório contendo o levantamento das ações de combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica do MMA com o IICA e a sistematização dos dados; documento contendo metodologia, atividades e conteúdo para a avaliação; Versão preliminar do estudo dos resultados, produtos e impactos das intervenções para o combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica internacional com o IICA apresentando insumos para o Relatório Nacional da UNCCD, apontando insumos para o Relatório Nacional da UNCCD, diretrizes e estratégias para o MMA.

Nesse contexto, em atendimento às normas contratuais (Contrato N° 115112) e Termo de Referência, esta consultoria apresenta o Relatório Técnico (Produto 2) constituído pelo “Documento contendo metodologia, atividades e conteúdo para a avaliação” com exame de toda a documentação levantada sobre a cooperação.

1. AS AÇÕES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DO MMA COM O IICA

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA é o principal parceiro do Ministério do Meio Ambiente-MMA nas ações de combate à desertificação com a Cooperação Técnica. Essa parceria possibilitou inúmeras ações enfatizando aqui a elaboração do PAN Brasil, a implementação de ações previstas pelo Programa, a criação de estratégias para o fortalecimento institucional, a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs, a criação do Sistema de Alerta Precoce sobre Desertificação-SAP.

O conjunto de ações realizadas pelo MMA em parceria e/ou com o apoio do IICA, bem como o leque de projetos de cooperação técnica da sua Carteira de Projetos que possuem interface com o tema do combate à desertificação, se juntam ao contínuo e permanente esforço do Brasil para o alcance dos grandes objetivos da Convenção que são a articulação, harmonização e integração operacional em termos de projetos, ações e políticas públicas voltadas para as ASD.

Nesse contexto, o presente relatório apresenta a metodologia, atividades e análise das principais ações da cooperação técnica entre o MMA e o IICA.

2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA COOPERAÇÃO

A metodologia adotada contemplou o exame da documentação levantada sobre a cooperação entre o MMA e o IICA, além do levantamento dos produtos gerados e análise documental. A avaliação das ações de cooperação tomou-se como base:

a) Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul (IICA-BID)

- documento de projeto;
- relatório final.

b) PCT BRA/IICA/05/004 PAN Desertificação:

- documentos de projeto;
- relatórios trimestrais e anuais de monitoramento e avaliação gerados no âmbito da cooperação;
- relatórios semestrais e anuais de progresso apresentados pela instituição nacional executora à Agência Brasileira de Cooperação-ABC;

- relatórios de avaliação e desempenho gerados pelo IICA.

c) PCT BRA/IICA/14/001 Mudanças Climáticas:

- documentos de projeto;
- relatórios de 2014 (semestrais e anual de progresso) apresentados pela instituição nacional executora à Agência Brasileira de Cooperação-ABC via SIGAP;
- relatórios de avaliação e desempenho gerados pelo IICA.

d) PCT BRA/IICA/14/001 Mudanças Climáticas:

e) Projeto “ECONORMAS004/022-II/2011/PLANES NACIONALES DE LUCHA CONTRA DYS”:

- documentos de projeto;
- produtos de consultores;
- Projeto de Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca no Núcleo de Desertificação de Irauçuba/CE.

Na análise dos instrumentos de cooperação são apresentados informações com os seguintes elementos:

- ✓ Síntese geral com os dados de identificação de cada projeto;
- ✓ Uma breve análise do contexto em que os projetos foram gerados;
- ✓ Objetivos e resultados propostos;
- ✓ Questões que motivaram o projeto;
- ✓ Breve resumo sobre a execução dos projetos;
- ✓ Execução financeira;
- ✓ Avaliação do desempenho dos projetos;
- ✓ Beneficiários;
- ✓ Situação pós-projeto no caso dos instrumentos já encerrados.

Quanto à realização de entrevistas é importante ressaltar que esta consultoria informou

a Direção do PCT BRA/IICA/14/001 e obteve concordância do mesmo que, em razão das dificuldades de agenda com beneficiários, equipe técnica do executor e responsáveis pelas instituições participantes das ações de cooperação entre MMA e IICA, as opiniões destes serão registradas no Produto 3 que trata da Versão preliminar do estudo dos resultados, produtos e impactos das intervenções para o combate à desertificação realizadas no âmbito da cooperação técnica internacional com o IICA apontando diretrizes e estratégias para o MMA.

3. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO

3.1 O PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PCT BRA/IICA/05/004

3.1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Agência Executora Nacional: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR-MMA).
Código/Sigla do Projeto: PCT BRA/IICA/05/001
Título do Projeto: Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil.
Breve Descrição do Projeto: Este Projeto tem como objetivo contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN -Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs.
Áreas geográficas beneficiadas: Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD (abrangendo áreas dos 9 estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo).
Duração do Projeto (em meses/anos): 108 meses (9 anos) Início do Projeto: 20/12/2005 Término do Projeto: 20/12/2014
Revisões: Revisão 1: 04/09/2008 Revisão 2: 13/08/2009 Revisão 3: 28/01/2011 Revisão 4: 05/09/2014
Orçamento do Projeto: Origem dos Recursos: Instituição Nacional Executora (MMA) Orçamento Original: R\$ 4.140.000,00 Orçamento Final: R\$ 12.284.813,58

3.1.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL E POLITICO QUE ANTECEDEU A FORMALIZAÇÃO DO PROJETO

A degradação da terra e a desertificação são sérios problemas globais, afetando cerca de 33% da superfície terrestre e 2,6 bilhões de pessoas, em todo o planeta. As terras secas concentram os grandes problemas de pobreza no mundo, que associados a uma base frágil de recursos naturais e à pressão antrópica, têm provocado processos de desertificação. Esse quadro leva a disputas pela terra e pela água ocasionando migrações e acentuando a pobreza de grande parte da Ásia, da América Latina e da África.

Nesse contexto foi criada a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) os países afetados por processos de desertificação propuseram a elaboração desta convenção. O documento final foi aprovado em 17 de junho de 1994 e entrou em vigor em 26 de dezembro de 1996.

A Convenção tem como objetivo: “Combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca [...] através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas pela cooperação internacional e em acordos de parceria, no quadro de uma abordagem integrada, coerente com a Agenda 21, a fim de contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas” (Art. 2º). O artigo 3º da Convenção ressalta que as Partes devem elaborar e implementar os seus programas de ação nacional para combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca e que estes devem ser concebidos e implementados de forma integrada com as propostas da sociedade civil e do conjunto das políticas de desenvolvimento do respectivo país.

O Brasil ratificou a UNCCD assumindo o compromisso de elaborar e garantir a implementação do Programa Nacional de Combate à Desertificação. O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, por ser o Ponto Focal Técnico do Brasil junto à UNCCD é a instituição nacional responsável pela promoção de ações para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, de forma articulada com as diferentes instâncias governamentais e com a participação da sociedade civil.

Em cumprimento às diretrizes da Convenção o governo brasileiro lançou em 2004 o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – o PAN Brasil que tem como objetivo estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais

que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados visando a promoção do desenvolvimento sustentável nas chamadas Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASD, espaço de atuação do Programa.

Considerando que o tema “desertificação” não tinha uma penetração nas estruturas oficiais, no âmbito do Governo Federal, dos governos estaduais ou municipais, assim como não era do conhecimento da maioria da população, mesmo as diretamente atingidas pelo fenômeno, buscou-se transformar o processo de elaboração do PAN Brasil em uma estratégia de disseminação do tema. A construção de consensos e pactos envolvendo variada gama de atores sociais foi orientado por eixos temáticos baseados nas orientações estratégicas do Plano Plurianual – PPA. Os eixos temáticos que nortearam os debates, deliberações, processos técnicos, políticos e institucionais: a redução da pobreza e da desigualdade; a ampliação sustentável da capacidade produtiva; a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais e a gestão democrática e fortalecimento Institucional.

O PAN Brasil definiu como foco de ação as Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD, espaços caracterizados como semiáridos e subúmidos secos. Além desses espaços, também foram considerados ASD, municípios ao redor com características semelhantes, denominados de entorno. Sendo assim, as ASD e entorno abrangem 11 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e parte do Espírito Santo e Minas Gerais.

As ASD ocupam cerca de 1.340.000 km² em 1488 municípios, atingindo diretamente cerca de 32 milhões de pessoas. Desse total, 180 mil km² já se encontram em processo grave a muito grave de desertificação, concentrados principalmente nos estados do Nordeste, que têm 55% do seu território atingido em diferentes graus de deterioração ambiental. As áreas com níveis mais intensos de degradação configuram os núcleos de desertificação que compreendem as regiões de Gilbués, no Piauí, Irauçuba, no Ceará, Seridó, no Rio Grande do Norte e Cabrobó, em Pernambuco.

Com o documento do PAN Brasil, o País passou a contar com um instrumento norteador para políticas públicas nas áreas definidas como susceptíveis à desertificação e iniciou-se uma nova fase – a da implementação do Programa. Foi nesse cenário de compromissos perante UNCCD que o governo brasileiro se viu diante de um novo e grande desafio, o de efetivar uma política pública que promovesse o combate desertificação por meio de práticas eficientes e sustentáveis de convivência com a semiaridez.

Constatou-se a necessidade de se estabelecer mecanismos para a implantação de ações previstas pelo Programa Nacional e critérios específicos para que o grau de conhecimento sobre os processos de desertificação e sua extensão nas ASD fosse ampliado de modo a se ter uma dimensão mais aproximada sobre o problema no âmbito nacional. Esse esforço apoia-se na percepção estratégica de que, no Brasil, as ASD precisam se transformar em espaços dinâmicos e de prosperidade produtiva e social. As ASD, muitas vezes eram vistas como “áreas problemas” ou “deprimidas”, requerendo políticas, tratamentos e intervenções de caráter emergencial ou práticas assistencialistas. Na perspectiva do PAN Brasil, essas áreas são percebidas como capazes de contribuir, de maneira eficaz e eficiente, para o desenvolvimento do País.

Outro grande desafio era a questão da institucionalização do tema, o qual requeria o aprimoramento dos marcos normativos e/ou regulatórios e ações de fortalecimento das capacidades técnica das instituições e atores sociais que atuam na área incrementando o uso e a difusão do conhecimento técnico e das boas práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. Nesse aspecto havia uma necessidade urgente de se buscar apoio para que os gestores, fortalecidos, pudessem articular e construir parcerias estratégicas visando implantar as institucionalidades previstas no PAN Brasil, bem como representar os interesses nacionais e regionais nos fóruns da UNCCD.

Buscou-se traçar uma estratégia para a articulação de políticas, programas e projetos e a construção de novos paradigmas, modelos e instrumentos de promoção e/ou fomento ao desenvolvimento sustentável das ASD. As ações foram direcionadas para que se criassem as bases e houvesse condições para que as instituições responsáveis pelo tema do combate à desertificação no âmbito nacional desempenhassem suas tarefas e competências com maior grau de eficiência e eficácia. Fez-se necessário também o incentivo à proposição de projetos que visassem, o apoio técnico e financeiro às populações locais para que estas adquirissem capacidade de conviver com a problemática de forma sustentável.

No escopo do PAN Brasil, estava previsto a elaboração e o apoio à implementação do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação – PAE de cada um dos onze estados afetados pelo processo com o objetivo de apresentar diretrizes para a implementação de ações específicas de combate à desertificação, fornecendo subsídios técnicos para os gestores estaduais.

Foi nesse cenário que o Ministério do Meio Ambiente buscou unir esforços para a melhoria das condições de vida para a população afetada pelos processos de desertificação. Para essa fase, seguindo orientação da UNCCD, o Brasil precisava estabelecer parcerias estratégicas no sentido de assegurar aporte de recursos, apoio técnico e institucionalização necessários para a execução do Programa.

A Cooperação Técnica foi tida como um importante instrumento para o País visto que por meio de transferências de conhecimentos, de tecnologia e de experiências bem sucedidas, ela poderia contribuir para a capacitação dos recursos humanos e para o fortalecimento das instituições envolvidas em suas atividades e projetos.

Visando apoio para a implementação do PAN Brasil o governo brasileiro buscou a parceria do IICA. Para isso considerou a experiência deste organismo de cooperação com o tema do combate à desertificação e o importante apoio deste ao processo de elaboração do Programa (aporte técnico e financeiro), principalmente por meio do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul. Este Programa foi coordenado pelo IICA com recursos do governo japonês via Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e envolveu seis países, Argentina, Brasil. Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos a Seca na América do Sul, envolvendo seis países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Peru. Além disso, a temática de combate à desertificação já se encontrava presente e explícita em outros PCTs executados pelo IICA em cooperação com instituições tais como o Ministério da Integração Nacional, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Da mesma forma as ações desenvolvidas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR nos estados da Região Nordeste e executadas pelo IICA constituíam ações complementares no contexto social, inteiramente sustentáveis.

Partindo do pressuposto de que o Programa Nacional de Combate a Desertificação teria capacidade de catalisar e de envolver vários segmentos da sociedade no esforço nacional para o combate à desertificação e da cooperação internacional foi elaborado o Projeto de Cooperação Técnica-PCT, com a preocupação de que os conhecimentos, experiências e tecnologias compartilhados pudessem provocar impactos positivos e relevantes para os segmentos beneficiários das ASD.

Nesse contexto, em 25/11/2005, por meio do Ofício nº 269/SECEX/MMA, o MMA submeteu à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores a

proposta do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) intitulada “Apoio às Ações de Implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil”. O objetivo era o de contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação-ASD, mediante a consolidação do PAN Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs.

Em 20/12/2005 foi formalizado o instrumento de cooperação entre o MMA e o IICA sob o código BRA/IICA/05/004 e seu extrato publicado no Diário Oficial da União em 26/12/2005, na Seção 3, página 139.

3.1.3 OBJETIVOS IMEDIATOS E RESULTADOS PROPOSTOS

Os objetivos e resultados apresentados a seguir demonstram a situação formalizada incluindo as quatro Revisões do PCT:

Objetivo de Desenvolvimento

Contribuir para a implementação de ações de combate à desertificação nas ASD, mediante a consolidação do Programa de Ação e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil e dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs.

Objetivos Imediatos e Resultados

Objetivo Imediato 1: Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, controle, mitigação e combate à desertificação. (Objetivo Imediato inalterado)

- **Produto 1.1** Estudar os processos e o estado da desertificação nas ASD.
- **Produto 1.2** Produzir o mapa atualizado do estado da desertificação no país.
- **Produto 1.3** Resgatar os conhecimentos tradicionais de convivência com as ASD.
- **Produto 1.4** Experiências pilotos para avaliação da aplicabilidade dos conhecimentos executadas.
- **Produto 1.5** Levantar, avaliar e implementar tecnologias de recuperação de áreas degradadas.
- **Produto 1.6** Levantar, avaliar e implementar tecnologias adequadas aos processos produtivos da agricultura familiar e de geração de renda nas ASD.

- **Produto 1.7** Monitorar e avaliar os processos de desertificação nas ASD.
- **Produto 1.8** Desenvolver e implementar o Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação (SAP).
- **Produto 1.9** Desenvolver e testar modelagem do sistema de alerta precoce de segurança alimentar. (Produto Excluído na 1ª Revisão)
- **Produto 1.10** Elaborar o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE em Núcleo de Desertificação elaborado. (Produto incluído no Documento de Revisão Nº 1)

Objetivo Imediato 2: Estabelecer mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação. (Objetivo Imediato inalterado)

- **Produto 2.1** Fortalecer o MMA para a implantação das institucionalidades previstas no PAN-Brasil e na Política Nacional de Controle da Desertificação.
- **Produto 2.2** Fortalecer a SEDR para a articulação de políticas, programas e projetos buscando contribuir para a construção de novos paradigmas, modelos e instrumentos de promoção ou fomento ao desenvolvimento sustentável das ASD.
- **Produto 2.3** Estabelecer mecanismos para a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação - PAEs e apoiar ações experimentais de implementação do PAN-Brasil. (Produto modificado no Documento de Revisão Nº 3).
- **Produto 2.4** Fortalecer o MMA para o cumprimento da Agenda Internacional e na construção de parcerias estratégicas para representar os interesses nacionais e regionais nos fóruns de discussão da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – UNCCD.

Objetivo Imediato 3: Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. (Objetivo Imediato inalterado)

- **Produto 3.1** Elaborar e implementar o Programa de Capacitação para o Combate à Desertificação com vistas a formação profissional, a pesquisa, ao planejamento e a gestão estratégica.
- **Produto 3.2** Desenvolver o sistema de monitoramento e avaliação do processo de implementação do PAN-Brasil.

- **Produto 3.3** Fomentar Pequenos Projetos Comunitários de Combate à Desertificação.
(Produto incluído no Documento de Revisão N° 1)

3.1.4 QUESTÕES QUE MOTIVARAM O PROJETO

A proposta do PCT definiu três linhas de ação relacionadas com o combate à desertificação:

- a) Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, controle, mitigação e combate à desertificação;
- b) Estabelecer mecanismos para a concepção, criação e revisão de políticas de desenvolvimento sustentável para as ASD, criando e fortalecendo institucionalidades para o combate à desertificação;
- c) Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais.

No que diz respeito ao aprimoramento do conhecimento da situação dos processos de desertificação e de ocorrência de secas no Brasil era necessário desenvolver novos conhecimentos de referência em torno da temática de modo a gerar um mapa atualizado do estado da desertificação no país. Especial atenção deveria ser dada as boas práticas e aos saberes tradicionais de convivência com as ASD, na medida em que estes são essenciais a sustentabilidade do processo como um todo.

A falta de informações sistematizadas sobre o tema do combate à desertificação contribui para a perpetuação de práticas insustentáveis de uso do solo, que incorrem no declínio da produtividade agrícola, agravando os processos de desertificação e, por consequência, a pobreza. Nesse contexto, foi proposto o desenvolvimento de projetos visando o envolvimento dos pequenos agricultores e a valorização do aspecto produtivo das ASD com a aplicação de tecnologias apropriadas para o incremento da competitividade de mercado e o desenvolvimento de modelos e ferramentas sustentáveis.

A produção do conhecimento específico, apoiado em tecnologia adequada, propiciaria a criação e o fortalecimento de uma base de dados e de um sistema integrado de observação sistemática. A proposta era de se construir uma modelagem de um sistema para o “alerta

precoce de eventos extremos” que permitiria a ampliação da capacidade de resposta e que criasse dispositivos de prevenção, tanto por parte dos governos quanto da sociedade civil.

No aspecto de criação de mecanismos para políticas públicas e do fortalecimento de institucionalidades para o combate à desertificação o PCT, apontava três focos principais: o fortalecimento do MMA para a implantação das institucionalidades previstas no PAN Brasil bem como para o cumprimento dos compromissos assumidos junto a UNCCD; o fortalecimento da SRH (Instituição nacional executora no momento da proposição do PCT) para a articulação de políticas e construção de novos paradigmas, modelos e instrumentos de promoção ou fomento ao desenvolvimento sustentável das ASD e o estabelecimento de mecanismos para a elaboração dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs e apoio às ações experimentais de implementação do PAN-Brasil.

Para o estabelecimento destes mecanismos o MMA desempenhou o papel de articulador frente as negociações e pactuações entre os diversos segmentos de governo e da sociedade civil e, no cenário internacional, nas instâncias deliberativas da UNCCD.

Em relação ao fortalecimento das capacidades técnico operacional das instituições e atores sociais que atuam na área o MMA também buscava envidar esforços para o incremento do uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. Assim, outro desafio era, a partir das demandas técnicas identificadas, definir uma estratégia de capacitação e de difusão de práticas e conhecimentos científicos e tradicionais, visando criar uma capacidade nacional para o enfrentamento dos problemas diagnosticados nas ASD. Esta ferramenta deveria oferecer oportunidades de capacitação e formação desde as famílias diretamente afetadas pela desertificação até o nível acadêmico, passando por formuladores de políticas, operadores e gestores de programas e projetos governamentais e não governamentais implementados na região. Além disso, buscava-se a formação de multiplicadores nas áreas afetadas de forma que pudessem interagir em termos de geração e difusão de informações, tendo em vista a sua participação no planejamento das políticas, no processo de decisão, elaboração, revisão e implementação dos programas de ação estaduais.

Para que as instâncias gestoras pudessem acompanhar e mensurar os avanços no processo de implementação do PAN-Brasil, se fazia necessário a construção de um sistema de monitoramento eficaz, capaz de capturar as informações relevantes que alimentassem o processo de acompanhamento e de avaliação permanente dos resultados produzidos. Era

necessário criar condições favoráveis (técnicas e informativas) para que todas essas categorias de atores possam interagir na especificação do rol dos indicadores, parâmetros, sistemas de coleta e processamento dos dados.

Além disso, PCT poderia incentivar as boas práticas sustentáveis de convivência com a semiaridez. Com essa experiência o MMA buscava a promoção do desenvolvimento sustentável com o apoio direto da Cooperação Técnica e das organizações de base das ASD, para que as iniciativas de fomento contemplassem projetos com os atores mais vulneráveis e mais afetados. O apoio a iniciativas locais de combate à desertificação foi considerado como estratégico, uma forma direta de oportunizar a instrumentalização de segmentos da sociedade para o acesso a políticas públicas e de valorização do fazer local.

Em todos os objetivos do PCT estava implícito a necessidade de difusão de conhecimentos e experiências através de material técnico e didático e sistemas de informação, apoio à capacitação e treinamento de recursos humanos, intercâmbio de experiências e conhecimentos, e a identificação de oportunidades de desenvolvimento e aplicação das boas práticas. E para a execução do PCT deveria ser mobilizada uma rede institucional e parceiros atuantes na área por este, abrangida.

3.1.5 SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PROJETO

Objetivo imediato 1: Aprimorar o conhecimento sobre a situação e os processos de desertificação e de ocorrência de secas nas ASD, bem como ampliar o conhecimento sobre tecnologias de prevenção, mitigação e combate à desertificação. (Anexo 1)

Objetivo imediato 2: Desenvolver metodologias e projetos para a implementação de políticas públicas, tendo como base a geração descentralizada de energia elétrica com fontes renováveis e, especialmente, para organização da produção energética de pequeno porte. (Anexo 2)

Objetivo imediato 3: Estabelecer mecanismos para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional das instituições e entidades que atuam na área, no âmbito federal, estadual, municipal e da sociedade civil, incrementando o uso e a difusão dos conhecimentos gerais, técnicos e das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais. (Anexo 3)

3.1.6 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PCT BRA/IICA/05/004

O documento do PCT BRA/IICA/05/004 apresenta em seu Item 7 - “Insumos”, a discriminação das rubricas de despesas necessárias para a execução das atividades do Projeto, tendo como referência as linhas orçamentárias do IICA, denominadas de Objetos de Gasto Maior (OGM), conforme especificados a seguir:

- OGM 1: Pessoal Permanente Internacional - Não houve previsão de gastos nessa linha orçamentária.
- OGM 2: Pessoal Permanente Nacional - Não houve previsão de gastos nessa linha orçamentária.
- OGM 3: Treinamento e Capacitação - Atividades de organização de eventos de capacitação e treinamento.
- OGM 4: Viagens de Pessoal Permanente - Não houve previsão de gastos nessa linha orçamentária.
- OGM 5: Documentos e Material de Consumo - Despesas gerais com material de escritório e de expediente, aquisição de livros técnicos e avisos oficiais em jornais.
- OGM 6: Aquisição e Aluguel - Aquisição de materiais permanentes e equipamentos e aluguéis de veículos
- OGM 7: Comunicação e Manutenção - Contratos de manutenção preventiva e corretiva, custos relativos a seguro de bens adquiridos, correio, telefone.
- OGM 8: Consultorias e Prestação de Serviços - Consultorias especializadas e serviços técnicos eventuais.
- OGM 9: Diversos - Custos Diversos.

O Quadro 1 aponta o orçamento total aprovado para o desenvolvimento das atividades do PCT durante o seu exercício, por OGM (linha orçamentária), incluindo os incrementos de recursos previstos na 1ª, 3ª e 4ª Revisões do Projeto. Ressalta-se que não houve previsão de gastos nas linhas orçamentárias denominadas “Pessoal Internacional” (OGM 1), “Pessoal Nacional” (OGM 2), e “Viagens de Pessoal Permanente” (OGM 4), portanto as respectivas rubricas estão indicadas por zero.

Quadro 1 - Orçamento do PCT BRA/IICA/05/004

Período de Referência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2014

Em R\$

OGM	Orçamento Original	Incremento 1ª Revisão	Incremento 3ª Revisão	Incremento 4ª Revisão
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	1.440.000,00	896.663,30	540.000,00	-665.000,00
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	328.552,35	615.374,37	-550.000,00	-388.751,07
6 - Equipamentos e Aluguel	61.700,00	203.295,40	98.510,58	-88.867,67
7 - Comunicação e Manutenção	99.858,60	0,00	-98.510,58	0,00
8 - Contratos por Resultados	2.012.746,22	2.631.965,38	2.816.663,91	1.745.193,16
9 - Diversos	0,00	0,00	428,54	0,00
Sub-Total	3.942.857,17	4.347.298,45	2.807.092,45	602.574,42
TIN	197.142,83	217.364,92	140.354,62	30.128,72
Total	4.140.000,00	4.564.663,37	2.947.447,07	632.703,14

O Quadro 2 demonstra os gastos realizados no âmbito do PCT BRA/IICA/05/004 durante o período de execução do Projeto, detalhados por ano e OGM. Nota-se que houve maior efetivação financeira no ano de 2010, no valor de R\$ 3.813.499,34 (três milhões, oitocentos e treze mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), tal fato deve-se aos gastos efetuados com a realização da II Conferência Internacional sobre Impactos das Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas (ICID + 18), que somam aproximadamente R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais). Além disso, neste mesmo ano, foram adquiridos equipamentos de informática visando o desenvolvimento de uma base de dados georreferenciada para dar suporte ao SAP, no valor de R\$ 256.850,30 (duzentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta centavos), o que correspondeu ao valor total apresentado para a linha orçamentária 6 (Equipamentos e Aluguel).

A segunda maior execução financeira do PCT foi no ano de 2013, no valor de R\$ 1.985.647,04 (um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quatro centavos, justificada pelos pagamentos para as consultorias prestadas (pessoa física e jurídica), realizados no âmbito do OGM 8 - Contratos por Resultado, no valor de R\$ 1.849.557,32 (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete

reais e trinta e dois centavos), que corresponde ao maior valor executado nesta linha orçamentária durante todo o período do Projeto.

Quadro 2 - Execução Financeira Anual do PCT BRA/IICA/05/004

Período de Referência: 01 de janeiro de 2006 a 20 de dezembro de 2014

Em R\$									
OGM	Execução 2006	Execução 2007	Execução 2008	Execução 2009	Execução 2010	Execução 2011	Execução 2012	Execução 2013	Execução 2014
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	233.537,59	56.459,87	507.102,24	280.868,41	782.882,52	51.425,86	55.268,78	136.089,72	44.145,60
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	4.509,65	666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Equipamentos e Aluguel	17.788,01	0,00	0,00	0,00	256.850,30	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - Comunicação e Manutenção	50,00	0,00	0,00	1.298,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados	283.190,97	277.396,11	197.733,30	979.496,98	2.773.509,53	811.022,86	680.669,33	1.849.557,32	1.397.952,13
9 - Diversos	126,15	45,40	0,00	0,00	256,99	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total	539.202,37	334.567,38	704.835,54	1.261.663,39	3.813.499,34	862.448,72	735.938,11	1.985.647,04	1.442.097,73
TIN	26.960,12	16.728,37	35.241,78	63.083,17	190.674,97	43.122,44	36.796,91	99.282,35	72.104,89
Total	566.162,49	351.295,75	740.077,32	1.324.746,56	4.004.174,31	905.571,16	772.735,02	2.084.929,39	1.514.202,62

Apresenta-se no Quadro 3 o valor do orçamento total e a execução total do Projeto, por linha orçamentária. Nesse aspecto, comparando o orçamento com a execução dos recursos aplicados no PCT para o desenvolvimento dos objetivos e resultados do Projeto, pode-se observar que o índice de execução foi de quase 100%, ou seja, os recursos financeiros executados ao longo do exercício do Projeto foram de praticamente sua totalidade, destacando a maior execução no contexto da linha orçamentária 8, correspondente aos contratos por resultados, no valor total de R\$ 9.250.528,53 (nove milhões, duzentos e cinquenta mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos).

Quadro 3 - Orçamento e Execução Financeira Total do Projeto BRA/IICA/05/004, por OGM

Período de Referência: 20 de dezembro de 2006 a 20 de dezembro de 2014

Em R\$

OGM	Orçamento Total 2006 a 2014	Execução Total 2006 a 2014
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	2.211.663,30	2.147.780,59
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00
5 - Material de Consumo	5.175,65	5.175,65
6 - Equipamentos e Aluguel	274.638,31	274.638,31
7 - Comunicação e Manutenção	1.348,02	1.348,00
8 - Contratos por Resultados	9.206.568,67	9.250.528,53
9 - Diversos	428,54	428,54
Sub-Total	11.699.822,49	11.679.899,62
TIN	584.991,10	583.994,98
Total	12.284.813,58	12.263.894,62
Percentual	100%	99,83%

Quanto a análise sob o ponto de vista dos gastos do PCT, o Quadro 4 evidencia que o maior volume da execução foi realizada na linha orçamentária 8, o que representou 79,20% do total dos recursos aplicados no Projeto, seguidos pelos gastos classificados na linha orçamentária 3, apresentando 18,38% dos recursos do PCT.

Quadro 4 - Execução Financeira Total do PCT BRA/IICA/05/004, por OGM

Período de Referência: 20 de dezembro de 2006 a 20 de dezembro de 2014

Em R\$

OGM	Execução Total 2006 a 2014	%
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00 %
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00 %
3 - Capacitação e Treinamento	2.147.780,59	18,38 %
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00 %
5 - Material de Consumo	5.175,65	0,04 %
6 - Equipamentos e Aluguel	274.638,31	2,35 %
7 - Comunicação e Manutenção	1.348,00	0,02 %
8 - Contratos por Resultados	9.250.528,53	79,20 %

Em R\$		
OGM	Execução Total 2006 a 2014	%
9 - Diversos	428,54	0,01 %
Sub-Total	11.679.899,62	100,00 %
TIN	583.994,98	
Total	12.263.894,62	

Visando a consecução das atividades do PCT, foi aportado ao longo do período do projeto o montante de R\$ 11.893.973,06 (onze milhões, oitocentos e noventa e três mil, novecentos e setenta e três reais e seis centavos), provenientes de repasses financeiros efetuados por meio de 37 (trinta e sete) ordens bancárias em favor do IICA, no valor total de R\$ 11.870.818,71 (onze milhões, oitocentos e setenta mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e um centavos) e dois depósitos relativos a recursos internacionais oriundos da UNCCD, correspondendo a R\$ 23.154,35 (vinte e três mil, cento e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), de acordo com o apresentado no Quadro 5. Ressalta-se que os depósitos internacionais efetuados em favor do Projeto foram realizados com objetivo de apoiar na construção dos Relatórios Nacionais, acerca da implementação das recomendações da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas – UNCCD.

Cabe elucidar que a diferença entre o recurso aportado e os gastos efetuados no PCT, que perfazem o valor de R\$ 369.921,56 (trezentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos), refere-se aos rendimentos oriundos das aplicações realizadas com os recursos do Projeto.

Quadro 5 - Repasses de Recursos Financeiros do MMA para para o PCT BRA/IICA/05/004
Período de Referência: 20 de dezembro de 2005 a 20 de dezembro de 2014

Em R\$		
Ordem Bancária/ Recurso Internacional	Data	Aporte
OB 900081	23/12/05	663.395,00
OB 900082	23/12/05	506.605,00
OB 900083	23/12/05	8.667,37
00000006837/ IICA BR-740 (Recurso UNCCD)	06/09/06	10.950,00
OB 900366	17/12/07	75.880,00

Em R\$

Ordem Bancária/ Recurso Internacional	Data	Aporte
OB 900367	17/12/07	50.000,00
OB 900368	17/12/07	118.059,00
OB 900369	17/12/07	96.061,00
OB 900404	27/12/07	1.500.000,00
OB 900406	31/12/07	1.005.718,00
OB 900413	31/12/07	500.000,00
00000006353 / IICA BR-740 (Recurso UNCCD)	15/05/07	12.204,35
OB 900182	09/07/08	8.000,00
OB 900238	08/09/08	678.826,27
OB 800340	30/12/09	100.000,00
OB 800341	30/12/09	200.000,00
OB 800342	30/12/09	1.000.000,00
OB 800327	25/10/10	200.000,00
OB 800437	13/12/10	200.000,00
OB 800438	13/12/10	240.862,00
OB 800444	15/12/10	150.000,00
OB 800445	15/12/10	200.000,00
OB 800446	15/12/10	150.000,00
OB 800141	27/07/11	150.000,00
OB 800023	28/03/12	200.000,00
OB 800057	25/05/12	150.000,00
OB 800144	21/08/12	19.000,00
OB 800145	21/08/12	345.000,00
OB 800146	21/08/12	80.392,29
OB 800147	21/08/12	49.352,78
OB 800075	20/09/12	400.000,00
OB 800281	20/12/12	300.000,00
OB 800282	20/12/12	500.000,00
OB 800288	27/12/12	125.000,00
OB 800009	26/06/13	400.000,00
OB 800264	11/10/13	200.000,00
OB 800273	25/10/13	100.000,00
OB 800034	11/03/14	650.000,00
OB 800061	15/04/14	550.000,00
TOTAL		11.893.973,06

Destaca-se que durante a gestão administrativa do Projeto, os recursos financeiros aportados foram administrados em consonância com as políticas, normas, regulamentos e procedimentos financeiros do IICA e em conformidade com os princípios da Administração Pública.

Diante o exposto, constata-se que foi atingido um bom nível de execução financeira durante o exercício do Projeto BRA/IICA/05/004, considerando sua natureza e peculiaridades já tratadas neste documento.

3.1.7 BENEFICIÁRIOS

O PCT BRA/IICA/05/004 enquanto instrumento de apoio a implementação do PAN Brasil teve como protagonistas os diversos segmentos atuantes nas ASD e sujeitos sociais afetados diretamente. Indiretamente o Projeto beneficiou equipes técnicas dos governos federal e estaduais e instituições parceiras envolvidas no processo.

Os estudos e projetos gerados permitiram avançar e promover a conscientização e sensibilização da população e de relevantes atores sociais para problemas associados ao processo da desertificação. As capacitações especialmente orientadas para grupos específicos contribuiu para o fortalecimento institucional, a melhoria do planejamento e gerenciamento, a adoção e/ou difusão de práticas ambientalmente sustentáveis no contexto das ASD. As ações possibilitaram a formação de quadros técnicos e equipe multidisciplinares nos estados envolvidos em sobre a questão da desertificação.

As ações do PCT propiciaram a necessária articulação e interação com instituições e especialistas, promovendo a combinação de esforços e evitando a superposição de atividades e dispêndios de recursos humanos e financeiros. A necessária articulação metodológica entre os aspectos científicos, técnicos e os conhecimentos práticos e tradicionais emergentes da sociedade civil foi um grande desafio para o PCT, nem sempre superado. Ainda assim, nesse universo, uma gama de indivíduos e instituições governamentais e não governamentais que estiveram envolvidas foram beneficiadas.

Ao colocar a necessidade de desenvolvimento de ações de fortalecimento institucional seguindo as premissas da UNCCD e do PAN Brasil o PCT atuou sobre um ambiente em mudanças, sujeito a instabilidades buscando sempre contribuir para a modificação de processos e situações cuja origem, em muitos casos, é dependente das institucionalidades e das ações ou omissões dos setores governamentais, privados e não governamentais existentes.

O fortalecimento institucional, sem prejuízo de ações tradicionais, implica em um esforço criativo para apoiar e valorizar novas institucionalidades, que sejam capazes de contribuir efetivamente para a solução dos problemas de combate à desertificação e da busca da sustentabilidade do desenvolvimento. Significa, na linha do que estabelece a UNCCD, fortalecer os “atores relevantes”, criando condições para ampliar suas capacidades institucionais nas áreas de conhecimento técnico, execução e gestão de iniciativas orientadas para o efetivo combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas.

Houve impactos diretos na reversão do processo de degradação da terra com foco na adequação da matriz energética buscando ações para segurança energética dos principais setores da indústria da construção civil e inversão tecnológica para eficiência energética nos processos de utilização da lenha nessas indústrias.

Ressalta-se que o Programa buscou fortalecer a cooperação existente na conservação e gerenciamento de terras semiáridas, entre instituições governamentais e não governamentais, em nível nacional, regional e internacional. Esta cooperação assegurou um intercâmbio de experiências técnicas em combate à desertificação e gestão.

3.1.8 A SITUAÇÃO PÓS PROJETO

As repercussões sociais, econômicas e ambientais do PCT BRA/IICA/05/004 não são facilmente mensuradas. Não é simples medir fortalecimento institucional, mesmo assim, a análise geral das ações do PCT não deixam dúvidas quanto à atuação positiva do mesmo no sentido de fortalecer as instituições nacionais envolvidas direta e indiretamente para o combate à desertificação. Os resultados desta avaliação apontam para o desempenho positivo do Projeto e consideram que o mesmo alcançou seus objetivos imediatos. Esta percepção se baseia na revalorização do tema de combate à desertificação nas agendas nacional e estaduais, no papel positivo do País como protagonista nos fóruns internacionais e regionais relacionados à UNCCD, na articulação de interesses no âmbito desta Convenção e nos ganhos de capacidade técnica e institucional advindos das ações de capacitação realizadas direta e indiretamente pelo PCT.

Dentre as estratégias de implementação da UNCCD adotadas pelo Brasil, merecem destaque aquelas que buscaram fortalecer o processo de gestão participativa, primaram pela institucionalização de ações e, de modo geral, criaram condições de acessibilidade aos

instrumentos de fomento para viabilização de recursos financeiros e técnicos para os projetos locais.

Em um plano mais geral pode se afirmar que o PCT contribuiu para o fortalecimento institucional em todos os estados das ASD. Um indicador deste fortalecimento são os 11 programas estaduais de combate à desertificação, os PAEs, elaborados. Ao apoiar os 11 estados na elaboração participativa de seus PAEs à luz de um processo metodológico unificado e alinhado ao PAN Brasil, o MMA buscou o fortalecimento do processo de gestão participativa e democrática e a descentralização do tema, considerando que o Brasil é uma República Federativa e a gestão se dá no âmbito das unidades da federação.

A aproximação com os governos estaduais, com as organizações da sociedade civil e os parlamentos (Federal e Assembleias Estaduais) foi uma conquista que confirma o acerto da estratégia. Os PAEs consolidaram a institucionalização do tema no âmbito dos Estados e constituíram as bases para um melhor planejamento para o desenvolvimento de ações integradas e para nortear os investimentos públicos e privados na região. O MMA, por meio do PCT, agiu como indutor, articulador e gestor deste processo.

Observa-se que as ações do PCT de apoio aos estados utilizou uma mesma metodologia, porém obteve resultados diferenciados considerando as especificidades de cada estado e de seus processos. Com o apoio do PCT avançou-se tanto na compreensão da importância do assunto como na definição de estratégias estaduais para enfrentá-lo. Porém, sabe-se que mesmo com todo este caminho pavimentado, muitos estados continuam enfrentando restrições orçamentárias, institucional e técnica, para colocar em marcha seus programas de ação que possam reverter, ou pelo menos controlar, a evolução da desertificação.

Com o PCT foi possível ao MMA buscar mecanismos nacionais e instrumentos de fomento que possam mobilizar e canalizar recursos financeiros para o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca demonstrando que os recursos advindos destes instrumentos acessados de forma democrática poderão assegurar o uso eficiente dos recursos financeiros disponíveis.

Neste aspecto, e como desdobramento das ações do PCT, o MMA vem consolidando uma estratégia financeira de investimentos para apoio a programas e projetos de combate à desertificação. A Estratégia Financeira envolve instrumentos de fomento e financeiros, a cooperação técnica (IICA, PNUD e FAO) e a articulação institucional. Essa estratégia vem

apoiando a implementação de ações dos PAEs que, em seu conjunto, consolidam o PAN Brasil.

Essa iniciativa estabeleceu ações estruturantes com instrumentos de fomento, definindo espaços permanentes de apoio a programas e projetos, como é o caso do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima que criou uma linha para promover o desenvolvimento sustentável para o semiárido; do BNDES que criou um programa para financiar projetos para o combate à desertificação e do BNB que criou linhas de crédito para apoio ao manejo florestal e a melhoria tecnológica das cerâmicas e empresas gesseiras além de ter investido em 2014, em seu fundo de apoio a projetos R\$ 3 milhões para o combate à desertificação.

O processo de articulação da Estratégia Financeira Integrada envolve ações com o Fundo Clima, o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica, o Fundo Florestal, o FNMA e o Funbio. Apenas no período 2012-2014 a estratégia financeira para investimentos no combate à desertificação somou o valor aproximado de R\$ 100 milhões de reais.

Também se observa que a preocupação com a temática da desertificação, antes restrita a alguns poucos especialistas que detinham o conhecimento e estavam diretamente responsáveis pelo assunto, ganhou espaço e passou a ser considerada no âmbito de várias políticas públicas. Nesse aspecto vale destacar que todo o processo de implantação do PCT se norteou pela estratégia de alertar as instituições públicas e privadas, assim como os governos locais (Estados e municípios) e sociedade civil, para o avanço da desertificação no território nacional e suas implicações sociais, econômicas, políticas e ambientais. De certa forma, alcançou-se significativo espaço com esta estratégia. Hoje é possível observar que as preocupações com o tema do “combate à desertificação” se fazem presentes em vários segmentos políticos, acadêmicos, sociais e institucionais que trabalham com questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável em ASD.

O número de instituições que hoje atuam com o combate à desertificação desde então cresceu acentuadamente, dentre as quais se podem citar: INPE, INSA, CODEVASF, UFCE, UFPB, UNILAB, UFCG, UFCA, UFRPE etc. – isso sem contar com SUDENE e DNOCS, que já lidam com o tema há muitos anos. O tema também foi incorporado em políticas, programas e ações de vários ministérios, como o MI, MAPA, MDA, MDS, MEC, MCTI.

Internamente, na estrutura do MMA, a temática propiciou parcerias importantes no âmbito da SRHU, Fundo Clima, FNMA e ANA. Também instituições financeiras como BNB, BNDES e o Fundo Socioambiental da Caixa lançaram linhas de crédito específicas de apoio a

projetos de pesquisa e difusão de tecnologia de combate à desertificação e /ou convivência com o semiárido. Isso traduz a estratégia governamental de possibilitar uma ação integrada entre as várias políticas públicas, capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das áreas beneficiadas.

A atualização do conhecimento foi fundamental para o entendimento da extensão do problema. A produção do Atlas das Áreas Suscetíveis à Desertificação reforçou a delimitação do espaço de atuação. O acordo de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE viabilizou a elaboração do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação do Brasil – SAP, instrumento previsto pela UNCCD e pelo PAN Brasil para o aprimoramento do conhecimento técnico-científico dos processos de desertificação no Brasil que fornece as bases para o monitoramento, avaliação e prevenção dos efeitos das secas e da desertificação. O SAP consolidou um banco de dados multidisciplinar com informações de geologia, geomorfologia, pedologia, cobertura vegetal, clima, socioeconomia, dentre outros, abrangendo as ASD. Criou-se uma metodologia de cruzamento destas informações tendo como foco principal os processos de seca desertificação. Também foi levado em consideração o impacto das mudanças climáticas nesses processos

A criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação-CNCD, órgão colegiado do MMA e instrumento de gestão previsto pela UNCCD, ação que teve o apoio deste PCT, representa um grande passo para o País, pois vem consolidar esta estratégia de disseminação do tema e de construção de parcerias. Ao deliberar sobre o tema a CNCD desempenha um papel fundamental na formulação da Política Nacional de Combate à Desertificação, marco legal que institucionaliza o combate à desertificação, a recuperação de áreas degradadas e a mitigação dos efeitos da seca no País.

Outra frente aberta, trata-se da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Há oito anos tramitando no Congresso foi uma iniciativa do Senado Federal. O Projeto de Lei já obteve aprovação pela Câmara dos Deputados e atualmente se encontra em discussão no âmbito do Senado. O PCT possibilitou o aprofundamento das discussões relacionadas à Política Nacional de Combate à Desertificação apoiando a realização de reuniões da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e os gestores responsáveis pela temática no MMA com parlamentares e assessores para atualização do texto do Projeto de Lei nº 2447/2007 que “Institui a Política Nacional de Combate e prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e dá outras providências”.

Os parceiros de Cooperação têm acumulado experiência significativa no apoio à implementação da UNCCD no mundo inteiro e têm a Convenção como marco estratégico para seus programas em países e áreas suscetíveis à desertificação para harmonizar intervenções e buscar maior cooperação em suas ações. Do ponto de vista desta avaliação, a estratégia adotada pelo PCT foi consistente e os resultados alcançados são suficientes para justificá-lo e criaram bases mais sólidas para a continuidade, para a participação do Brasil no cenário internacional e regional bem como para realização de intercâmbio de experiências e de ações que, embora custeadas com recursos nacionais, ainda demandam o apoio técnico. Este tipo de apoio foi dado por meio da cooperação internacional.

Buscando obter maior sinergia e complementaridade entre os programas de cooperação para a efetividade das ações de combate à desertificação na região de abrangência do PAN- Brasil foi assinado o Memorando de Entendimento (MoU) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e o Mecanismo Global (MG) representou um avanço no campo da cooperação interinstitucional entre a Cooperação e o Governo Brasileiro.

Com apoio do PCT, foi desenhada no âmbito Mercado Comum do Sul - MERCOSUL uma estratégia de luta contra a desertificação e mitigação dos efeitos da seca que se inseriu como uma das linhas de ação do Projeto ECONORMAS de apoio ao aprofundamento do processo de integração econômica e ao desenvolvimento sustentável do MERCOSUL. O projeto vem sendo implementado por meio de uma parceria firmada entre o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e a União Européia - UE, no componente Desertificação e Seca que tem o IICA como coordenador de sua execução em comum acordo com os Pontos Focais Nacionais da UNCCD dos quatro países - Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

O referido projeto ECONORMAS vem permitindo o alinhamento dos Planos de Ação Nacionais dos países membros do Mercosul em atendimento às novas diretrizes da UNCCD no que tange à revisão da implementação da Convenção, revisão dos recursos financeiros, conhecimentos tradicionais e transferência de tecnologia, aperfeiçoamento dos

procedimentos de comunicação das informações e da qualidade e formato dos informes nacionais, plano estratégico da UNCCD para o período de 2008/2018.

Observa-se que o objetivo e resultados relacionados ao fortalecimento institucional e das capacidades foram alcançados. O PCT privilegiou instrumentos de capacitação e de mobilização para o tema. Neste sentido, o PCT, ampliou bastante a atuação por meio de parcerias que potenciaram resultados. Foram realizados seminários, workshops, oficinas e cursos locais específicos, informação na web, preparação e publicação de material técnico e didático de difusão. Também aportou apoio técnico para a atuação dos pontos focais estaduais, responsáveis pela condução da temática do combate à desertificação nas estruturas dos governos estaduais e sociedade civil. Em particular, com o apoio do Programa, os onze estados intensificaram ações de sensibilização, mobilização, conscientização, construção do conhecimento e intercâmbio de experiências.

As oficinas de trabalho identificaram as dificuldades e potenciais da região; encaminharam proposta de soluções e alternativas sustentáveis para a região de acordo com as diretrizes do PAN-Brasil e identificaram parcerias para ações integradas fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Como exemplo a realização do Seminário Nacional e do I e II Encontros Nacionais de Enfrentamento da Desertificação (ENED) como marcos que estabeleceram a conexão entre os avanços logrados desde até as demandas e exigências resultantes do processo de elaboração do PAN Brasil. O objetivo principal do ENED foi o de fortalecimento político-institucional da agenda do combate à desertificação e da implementação do PAN-Brasil e dos PAEs. A partir do Encontro Nacional o Ministério pode estabelecer uma nova política interna para o combate à desertificação, colocando o tema entre as prioridades de Agenda Brasileira, estabelecendo novos pactos voltados para o desenvolvimento de ações integradas, com escala e foco, promovendo a integração entre as três convenções do Rio, implantando uma institucionalidade capaz de responder as demandas técnicas e políticas.

Os resultados alcançados com a ação de apoio a projetos comunitários de combate à desertificação foram abrangentes e demonstram o quanto as iniciativas na base podem contribuir para reverter os agentes causadores do processo de desertificação. Concluiu-se que esta é uma fórmula simples e eficaz que pode ser replicada no sentido de se construir uma mudança de percepção, pelos agentes públicos, do potencial de desenvolvimento das ASD, de valorização de suas riquezas e de enfrentamento de seus desafios. O esforço realizado por

meio do PCT demonstra, à luz dos fatos, que há formas de convivência sustentável com a semiaridez capazes de potencializar uma economia local e manter grande parte dos moradores nos sistemas de produção e distribuição de bens e serviços em condições socialmente dignas.

Deve-se mencionar que ainda não foi possível contabilizar o impacto econômico e o nível de melhoria da qualidade de vida da população das ASD, mas é possível observar que as bases para as ações de combate à desertificação foram edificadas e que no médio e longo prazo poderão ser medidas considerando os indicadores de desertificação definidos pela UNCCD e PAN Brasil.

O PCT, através de sua equipe técnica, dos agentes multiplicadores e das várias parcerias firmadas ao longo do processo contribuiu para levar o tema para a agenda política do País, elevar a consciência pública sobre a importância de se combater a desertificação e implantar boas práticas de convivência com a semiaridez.

Pode se afirmar que as várias dimensões do combate à desertificações consideradas pelo PCT contribuíram significativamente para a concretização de políticas públicas, o desenvolvimento de novas capacidades e o fortalecimento das estruturas institucionais que atuam com a temática, além de geração e disseminação de conhecimentos e de boas práticas de convivência que resultam em sustentabilidade ambiental com inclusão social.

3.2 O PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRA/IICA/14/001

3.2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Agência Executora Nacional: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR-MMA).
Código/Sigla do Projeto: PCT BRA/IICA/14/001
Título do Projeto: Implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).
Breve Descrição do Projeto: O projeto tem como principal desafio definir estratégias para o planejamento e implementação de ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Estratégia Decenal da UNCCD. Para isto espera fortalecer os processos de formulação e de implementação de estratégias de combate a desertificação de modo a consolidar a Política Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e a garantir uma maior interação do MMA com o conjunto dos atores sociais e institucionais assegurando que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários.

Áreas geográficas beneficiadas: Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD (abrangendo áreas dos 9 estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo).
Duração do Projeto (em meses/anos): 60 (sessenta) meses Início do Projeto: 26/12/2013 Término do Projeto: 26/12/2018
Revisão: Não houve
Orçamento do Projeto: Origem dos Recursos: Orçamento Geral da União em conformidade com a LOA e Plano Plurianual vigentes Orçamento Original: R\$ 9.999.300,15

3.2.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL E POLITICO QUE ANTECEDEU A FORMALIZAÇÃO DO PCT BRA/IICA/14/001

O Ministério do Meio Ambiente, particularmente a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável por meio do Departamento de Combate à Desertificação, é o Ponto Focal Técnico do Brasil junto à Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, portanto, a instituição nacional responsável pela promoção de ações para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, de forma articulada com as diferentes instâncias governamentais e com a participação da sociedade civil.

O documento que baliza a ação brasileira em relação ao tema é o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Concluído em 2004, o Programa estabelece como foco de atuação as Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD, sobre a quais deve incidir um conjunto de políticas orientadas por eixos prioritários. Assim, trata-se de ação que deve estar alicerçada em ampla articulação com as instituições que detém mandato em relação a essas políticas (federal, estadual e municipal), bem como com a sociedade civil organizada. Por outro lado, o PAN - Brasil está alicerçado nos princípios da UNCCD.

Desde 2003, o tema “Combate à desertificação” vem crescendo consideravelmente, tanto do ponto de vista da inserção nas várias políticas públicas, quanto do ponto vista orçamentário. Diante deste cenário, o Ministério do Meio Ambiente vem atuando buscando sempre a institucionalização da temática.

O grande avanço institucional registrado nos últimos anos foi a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD), por meio do Decreto Presidencial de 21 de

julho de 2008. A CNCD é um órgão de natureza deliberativa e consultiva, que tem como missão acompanhar a implementação da UNCCD no Brasil e deliberar sobre a política de combate à Desertificação e, como responsabilidade, a construção de pactos para o combate à Desertificação. A presidência da CNCD pertence à Ministra de Estado do Meio Ambiente, e a Secretaria Executiva pertence ao Ponto Focal Técnico da UNCCD no Brasil.

A situação institucional do tema combate à desertificação vem sendo definida no País de forma a responder às demandas da UNCCD. O fortalecimento institucional do tema em escala federal vem trazendo importantes consequências para a política de combate à desertificação. Em escala federal, está se trabalhando com a concepção de um forte e bem estruturado Programa para investimentos multissetoriais e multiescalares, na órbita do MMA, com recursos de agências de financiamento nacionais e internacionais.

A institucionalização, no âmbito federal, do Ponto Focal Técnico Brasileiro perante a UNCCD, se realiza na criação de um lócus de referência no MMA, para o governo como um todo. Esse esforço também se reflete no cenário internacional, situando uma instância de referência no País para a temática da desertificação, face à UNCCD, a outros organismos e mecanismos do sistema das Nações Unidas, além das cúpulas internacionais, a exemplo da CPLP, do Mercosul, da ASPA e da ASA.

Dentre os desafios, para reverter os agentes causadores do processo de desertificação, está o fortalecimento de uma visão agroecológica nos processos produtivos na região por meio principalmente da promoção de práticas conservacionistas nos sistemas produtivos, do uso sustentável dos recursos florestais visando a produção, florestal, forrageira apícola, a promoção de sistemas agroecológicos, o uso de tecnologias de eficiência energética ao nível das indústrias e doméstico entre outras.

Essas iniciativas buscam apresentar alternativas de combate a desertificação, com inclusão social, promovendo o desenvolvimento local com sustentabilidade ambiental. Dentre os principais parceiros institucionais no âmbito federal temos o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome - MDS, o Ministério da Integração – MI, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério de Minas e Energia – MME.

O MMA contribui para criar e fortalecer institucionalidades nos governos estaduais com território nas ASD abrindo possibilidade de replicação em escala regional, sub-regional, estadual e local. Essas possibilidades estão se desdobrando em outras ações de combate à desertificação como a do apoio dado aos 11 estados das ASD na formulação de seus

respectivos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação – PAEs envolvendo a capacidade técnica, local e alavancando iniciativas relevantes por parte dos governos estaduais para o enfrentamento dos problemas nos territórios em que ocorrem.

Esse quadro ampliado em relação ao tema, culmina em uma extensa agenda de combate à desertificação que deve ser acompanhada, debatida, implementada e socializada no âmbito nacional, regional e internacional e demonstra o nível da responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente perante a questão. Para sua efetivação busca-se o apoio da Cooperação Técnica Internacional com o IICA, considerando a sua expertise no tema e experiência em toda a América Latina e Caribe.

3.2.3 OBJETIVOS IMEDIATOS E RESULTADOS PROPOSTOS

Objetivo de Desenvolvimento:

Apoiar o Ministério do Meio Ambiente no planejamento e na implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e considerando o Plano Estratégico Decenal (2008-2018) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

Objetivos Imediatos:

OBJETIVO IMEDIATO 1: Definir a formulação, adequação e implementação de políticas, estratégias, programas e projetos de combate a desertificação com base na Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação-UNCCD.

- **Resultado 1.1:** Sistema de gestão da implementação de ações de combate a desertificação, adaptação e mitigação às mudanças do clima nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD de acordo com o marco geral das Convenções do Rio, aprimorado.
- **Resultado 1.2:** Plataforma de cooperação técnica internacional estruturada com iniciativas interinstitucionais de implementação da UNCCD identificadas e implementadas.
- **Resultado 1.3:** Estratégias de financiamento, fomento e de valoração dos serviços ecossistêmicos, estruturadas e consolidadas.

OBJETIVO IMEDIATO 2: Atualizar o estado da arte do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade.

- **Resultado 2.1:** Estudos científicos para o combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, a recuperação de áreas degradadas e o resgate de práticas tradicionais de produção, levantados, sistematizados e divulgados para os atores sócias que atuam nas Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASD.
- **Resultado 2.2:** Diagnóstico e inventário de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, realizado.

OBJETIVO IMEDIATO 3: Integrar, fortalecer e difundir as boas práticas de prevenção e combate à desertificação.

- **Resultado 3.1:** Proposta de estratégia de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática de “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” para públicos-alvo diferenciados elaborada, validada e implementada.
- **Resultado 3.2:** Oferta técnica para uma ação de apoio à formação em temas de combate a desertificação para centros técnicos e de ensino desenvolvida, consolidada e implementada.
- **Resultado 3.3:** Boas práticas de combate à desertificação estabelecidas e multiplicadas nas ASD.

3.2.4 QUESTÕES QUE MOTIVARAM O PROJETO

No atual contexto do avanço dos processos de desertificação, as questões referentes às mudanças climáticas surgem como um elemento novo, que necessita ser observado com muita atenção. O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) prevê um cenário preocupante para algumas regiões da América Latina nos próximos anos.

No Brasil, cresce a preocupação com tais cenários, pois apesar de os estudos já apontarem para estes quadros de aumentos de temperatura, os planos, programas e projetos implementados pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) até então não levaram em consideração estas possibilidades. Já se verifica, no âmbito regional, que as chuvas estão mais concentradas, no tempo e no espaço, corroborando o quadro atual de mais secas e enchentes intensas. Pode-se presumir que, se esses cenários se confirmarem, as atuais

ASD serão ampliadas, comprometendo a produção e a produtividade agrícola, gerando mais pobreza e mais migração.

Fazer frente a estes cenários de mudanças climáticas e avanço dos processos de desertificação exigirá um esforço para melhorar a harmonização das várias ações desenvolvidas nas ASD pelos órgãos governamentais e não governamentais. Mesmo reconhecendo o avanço na implementação do PAN Brasil, é visível que precisam ser complementados com novas ações de modo a responder a contento os anseios e às necessidades dos governos locais e dos grupos sociais diretamente impactados.

Este desafio exigirá um planejamento de médio e longo prazo que considere não somente as reais necessidades locais, mas, também, aspectos da nova conjuntura internacional e seus possíveis impactos no território nacional. As projeções de mudanças climáticas necessitarão de um tratamento específico neste novo quadro um planejamento, pactuado entre os vários Ministérios e órgão públicos federais e estaduais, o setor privado e sociedade civil que compõem a Comissão Nacional de Combate à Desertificação tendo, também, como instrumento norteador, o Plano Estratégico Decenal da UNCCD.

Conforme preconiza a UNCCD, os diferentes países signatários devem alinhar seus Planos Nacionais de Combate à Desertificação com a Estratégia Decenal 2008/2018 de modo a atuar sobre os eixos do aumento da capacidade produtiva, combate à pobreza, fortalecimento da gestão democrática, conservação do meio ambiente e participação e cidadania.

Por isso, este Projeto de Cooperação Técnica propôs apoiar, em um horizonte temporal de cinco anos ações que permitam ao Brasil chegar em 2018 com o tema amplamente difundido no conjunto da sociedade brasileira, devidamente internalizado pelas várias ações e agendas políticas e de desenvolvimento para as ASD. Neste sentido é prioritário o fortalecimento das capacidades, a ampliação do conhecimento e sistematização dos dados e técnicas socioambientais cientificamente validadas.

Neste aspecto, este PCT objetiva subsidiar a formulação, adequação e implementação de políticas, estratégias, programas e projetos de combate a desertificação alinhadas às diretrizes da Estratégia Decenal da UNCCD. Por meio do planejamento e do fortalecimento do sistema de gestão busca contribuir para a consolidação da Política Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e para a estruturação da institucionalidade do

tema no âmbito do governo tendo a CNCD, como protagonista nacional do combate à desertificação, fortalecida e reconhecida.

O Projeto propõe apoio técnico de forma articulada com entes da cooperação técnica internacional para que atuem alinhados com as orientações e objetivos da Estratégia Decenal da UNCCD com o MMA buscando fortalecer a cooperação interinstitucional entre os parceiros de cooperação e o Governo Brasileiro, visando obter maior sinergia e complementaridade entre os programas de cooperação para maior efetividade das ações de combate à desertificação nas ASD. No âmbito internacional, a plataforma pretende apoiar as ações firmadas pelo Brasil neste cenário para harmonizar intervenções e buscar maior cooperação com os demais países signatários da UNCCD.

O Projeto pretende definir a implantação de uma estratégia nacional de melhoria da gestão e captação de recursos orçamentários (crédito e fomento) promovendo uma articulação de investimentos com instrumentos de fomento de modo a dispor de meios para a execução do PAN Brasil e dos Programas Estaduais de Combate à Desertificação (PAEs).

Aprofundar e atualizar os conhecimentos mapeando e difundindo estudos científicos para o combate à desertificação, para a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas e o resgate de práticas tradicionais de produção definindo estratégias de intervenção para convivência com a seca e o combate à desertificação possibilitando medidas mitigadoras e de adaptação. Busca-se, com esta ação, um impacto positivo na geração e disseminação de conhecimentos sobre o combate à desertificação de modo a fortalecer as capacidades do País, estados, municípios e sociedade civil das ASD e possibilitar avanços nos processos decisórios. A CNCD atuará como catalizadora das ações necessárias.

O Projeto propõe a realização de diagnóstico e inventário de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca estudos que servirão de base e referência para uma estratégia de desenvolvimento sustentável de longo prazo para as ASD. Para isso, o Projeto deverá considerar os diagnósticos dos PAEs e os dados gerados pelo Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação (SAP), sistema este desenvolvido pelo MMA em parceria com o MCTI (INPE/CEMADEM) e apoio do IICA. O Projeto deverá apoiar também a realização de estudos para a definição de um equalizador econômico que possibilite definir critérios para um piso de proteção socioambiental para produção sustentável nos espaços de semiaridez e para medidas mitigadoras e de adaptação.

Pretende-se ainda, definir a implementação de ações por parte dos governos estaduais e municipais, consonantes com as propostas oriundas dos Programas de Ação Estaduais de Combate à Desertificação-PAEs e com questões de ciência, tecnologia e adaptação às mudanças climáticas. Para que o tema seja eficaz e eficientemente difundido na sociedade brasileira propõe-se aprimorar e implementar uma estratégia de intercâmbio de informação técnica contemplando diversos públicos-alvo.

Concomitantemente, o Projeto contribuirá para o desenvolvimento e implementação de uma estratégia interinstitucional para a sustentabilidade da matriz energética, de conservação e uso racional dos recursos hídricos e para a diversificação e inclusão para a produção agrícola nas ASD. Neste campo o Projeto apoiará a implementação de estratégias de intervenção para convivência com a seca e o combate à desertificação, aproveitando as estruturas postas, articulando entre si, e criando situações de referências para mostrar que é possível se conviver com a semiaridez, com critérios ambientais de sustentabilidade e com ações inclusivas. Dialogar e apoiar a implementação de boas práticas, de processos de formação de produtores para que essas boas práticas possam ter uma escala estruturante.

Para atingir os objetivos do Projeto exigirá a construção de parcerias e sistemática de trabalho que garantam permanente dedicação e empenho do Ministério do Meio Ambiente e demais agentes públicos que atuam nas ASD, órgãos dos governos estaduais e municipais, organizações e movimentos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e parceiros da sociedade civil. Ademais, a proposta do Projeto de Cooperação tem como base a UNCCD que no seu art. 2º explicita que a consecução do objetivo de combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca exigirá dos Países Parte “a aplicação, nas zonas afetadas, de estratégias integradas de longo prazo (...)” e no art. 4º, que trata das obrigações gerais, “as Partes cumprirão as obrigações contraídas ao abrigo da Convenção, individual ou conjuntamente, quer através de acordos bilaterais e multilaterais já existentes ou a celebrar, quer sempre que apropriado, através da combinação de uns e de outros, enfatizando a necessidade de coordenar esforços e de desenvolver uma estratégia coerente de longo prazo em todos os níveis”.

3.2.5 SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PCT BRA/IICA/14/001

OBJETIVOS/RESULTADOS	INDICADORES	GRAU DE ALCANCE
OBJETIVO IMEDIATO 1: Definir a formulação, adequação e implementação	- Propostas para composição do marco legal em combate à desertificação (Política Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos	• Relatório técnico contendo o planejamento das etapas de trabalho,

OBJETIVOS/RESULTADOS	INDICADORES	GRAU DE ALCANCE
<p>de políticas, estratégias, programas e projetos de combate a desertificação com base na Estratégia Decenal da UNCCD.</p> <p>RESULTADO 1.1: Sistema de gestão para implementação de ações de combate a desertificação, adaptação e mitigação às mudanças do clima nas ASD de acordo com o marco geral das Convenções do Rio, aprimorado.</p> <p>RESULTADO 1.2: Ações de cooperação técnica internacional estruturadas com iniciativas interinstitucionais de implementação da UNCCD identificadas e implementadas.</p> <p>RESULTADO 1.3: Estratégias de financiamento, fomento e de valoração dos serviços ecossistêmicos estruturadas e consolidadas.</p> <p>OBJETIVO IMEDIATO 2: Atualizar o estado da arte do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade.</p> <p>RESULTADO 2.1: Estudos científicos para o combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais de produção, mapeados, sistematizados e divulgados.</p> <p>RESULTADO 2.2: Diagnóstico e inventário de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, realizado.</p> <p>OBJETIVO IMEDIATO 3: Integrar, fortalecer e difundir as boas praticas de prevenção e combate à desertificação.</p>	<p>Efeitos da Seca), elaborada.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proposta técnica para a estratégia nacional de revisão do PAN Brasil em alinhamento às diretrizes da UNCCD, elaborada, apresentada à Comissão Nacional de Combate à Desertificação-CNCD e validada. - Proposta metodológica para qualificação do modelo de gestão da Comissão Nacional de Combate à Desertificação-CNCD e ações decorrentes. - Dois Encontros Nacionais de Combate à Desertificação realizados e resultados sistematizados para os atores sociais que atuam com o tema. - Duas Conferências Internacionais/Regionais sobre o Combate à Desertificação realizadas e resultados sistematizados para os atores sociais envolvidos com a temática. - Dois relatórios nacionais sobre a implementação das ações propostas pela Estratégia Decenal de Combate à Desertificação da UNCCD (2008-2018), elaborados. - Proposta para uma plataforma de ações de cooperação técnica com vista a integrar e potencializar ações de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca em projetos de cooperação, elaborada. - Plano de trabalho contendo as ações e iniciativas a serem implementadas pela plataforma de cooperação técnica internacional, elaborado e validado. - Proposta para um programa de capacitação e de intercâmbio de experiências com utilização da base de dados e informações de Manejo Sustentável de Terras (Sustainable Land Management – SLM) focada na prevenção e redução da degradação de terras, solos e conservação de água aplicáveis à realidade do Brasil, elaborada e viabilizada. - Proposta de estratégia para a melhoria da gestão e captação de recursos orçamentários (crédito e fomento) com vistas a implementação do PAN Brasil e dos PAEs, elaborada e consolidada. 	<p>metodologia apropriada, comunidades a serem envolvidas no estudo, incluindo instrumento a ser utilizado buscando a identificação histórica, cultural, social, econômica e ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório Técnico contendo o levantamento das normas legais instituídas no estado de Sergipe e identificação das metas e ações desenvolvidas pelo estado que contribuam com a melhoria do acesso à água, a convivência com a semiaridez e o combate à desertificação. • Relatório técnico contendo levantamento das normas legais instituídas no estado do Rio Grande do Norte e identificação das metas e ações desenvolvidas pelo estado que contribuam com a melhoria do acesso à água, a convivência com a semiaridez e o combate à desertificação. • Relatório Técnico contendo levantamento e análise das políticas internacionais desde o marco conceitual do Programa Água Doce – PAD cujos contextos guardam potencial interface com os processos do componente Sustentabilidade Ambiental, com foco nas áreas de Educação e Saúde. • Relatório Técnico contendo levantamento e análise das políticas nacionais desde o marco conceitual do Programa Água Doce- PAD cujos

OBJETIVOS/RESULTADOS	INDICADORES	GRAU DE ALCANCE
<p>RESULTADO 3.1: Estratégia de intercâmbio de informações Técnicas sobre a temática “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” para públicos-alvos diferenciados elaborada e implementada.</p> <p>RESULTADO 3.2: Oferta técnica para uma ação de apoio à formação em temas de combate a desertificação para centros técnicos e de ensino desenvolvida, consolidada e implementada.</p> <p>RESULTADO 3.3: Boas práticas de combate à desertificação estabelecidas e multiplicadas nas ASD.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Metodologia contendo linhas de crédito para programas ações de adaptação, produção e consumo sustentável operando conjuntamente com recursos de diversos fundos, elaborada e validada. - Proposta de mecanismo de compensação para agricultores familiares que atendam princípios ambientalmente sustentáveis nas ASD, desenvolvida. - Produção científica nacional relacionada ao combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas e resgate de práticas tradicionais de produção identificada, sistematizada e difundida para os diversos atores sociais que atuam nas ASD. - Proposta metodológica de utilização de portal para difusão de conhecimento científico sobre o combate à desertificação, valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais de produção, elaborada. - Proposta de gestão de redes de pesquisa e produção integrando investigação de campo e produção científica sobre o combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais, elaborada e validada. - Dois workshops de divulgação técnica e científica realizados e resultados sistematizados destinados aos atores sociais que trabalham com a temática. - Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação – SAP, com operacionalização qualificada. - Diagnóstico e inventário de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca nas ASD, realizado. - Proposta para constituição de banco de projetos de fomento e geração de conhecimento, elaborada e validada. - Material técnico e didático sobre as boas praticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, elaborado e difundido. 	<p>contextos guardam potencial interface com os processos do componente Sustentabilidade Ambiental, com foco nas áreas de Educação e Saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório contendo o levantamento técnico financeiro dos projetos de boas práticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e combate à desertificação implementadas por meio de instrumentos de fomento em articulação com os governos estaduais, municipais, a sociedade civil e a cooperação técnica. • Relatório com o descritivo das atividades de avaliação técnico financeira dos projetos de boas práticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e combate à desertificação implementadas por meio de instrumentos de fomento em articulação com os governos estaduais, municipais, a sociedade civil e a cooperação técnica. • Relatório contendo uma descrição das atividades de capacitação técnico financeiro para os projetos de boas práticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas e combate à desertificação implementados por meio de instrumentos de fomento em articulação com os governos estaduais, municipais, a sociedade civil e a cooperação técnica. • VI Relatório Nacional de Implementação da UNCCD.

OBJETIVOS/RESULTADOS	INDICADORES	GRAU DE ALCANCE
	<ul style="list-style-type: none"> - Dois workshops de divulgação e intercâmbio de boas práticas, realizados. - Proposta de estratégia de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca”, elaborada e validada. - Três oficinas de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática do “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” para diversos públicos alvos, realizadas. - Material técnico e informativo destinado aos atores sociais das ASD envolvidos com a temática, elaborado. - Proposta de estratégia de apoio a formação técnica para o combate à desertificação, a valorização de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais de produção, elaborada e validada. - Proposta para uma plataforma interinstitucional de ensino superior e centros técnicos com conteúdos voltados para a temática do combate à desertificação no âmbito das ASD, elaborada. - Duas capacitações para a identificação, formulação e implementação de projetos locais de combate à desertificação destinadas a atores sociais que tratam do tema nas ASD. - Unidades demonstrativas para promoção de boas práticas nas ASD, implantadas. - Iniciativas de boas práticas (projetos pilotos) para a sustentabilidade da matriz energética, conservação e uso racional dos recursos hídricos, diversificação e inclusão para a produção agrícola nas ASD, selecionadas por meio de editais de licitação de manifestação de interesse e implementadas. - Estratégia de intervenções físicas para preservação, reabilitação, adaptação ou mitigação, de caráter demonstrativo estadual e local, aprimorada e implementada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro esboço da Norma ABNT NBR ISO 14055 – Guia de Boas Práticas para o Combate à Degradação de Terras e Desertificação. • Conceituação para uma Proposta para Plataforma Lusófona de Cooperação Multilateral para a Sustentabilidade Socioambiental. • Informativo: Concepção do Sistema de Alerta Precoce de Secas e Desertificação – SAP. • Uso da Curva de nível na conservação do solo e da água – Produto Osanir PT 15/004. • Relatório sobre os pontos críticos e gargalos encontrados na fase de desenvolvimento do Módulo de Análise do Sicar e sugestões para elaboração de dispositivo legal a ser editado pelo MMA. • Relatório contendo os resultados apurados nas reuniões do Grupo de Trabalho para a definição dos requisitos do Programa de Regularização Ambiental - PRA do Sicar. • Relatório sobre os pontos críticos e gargalos encontrados na fase de desenvolvimento do Módulo do Programa de Regularização Ambiental - PRA do Sicar e sugestões para elaboração de dispositivo legal a ser editado pelo MMA.

3.2.6 SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PCT BRA/IICA/14/001

O documento do Projeto BRA/IICA/14/001 apresenta em seu Item 7 - “Insumos”, a discriminação das rubricas de despesas necessárias para a execução das atividades do projeto, tendo como referência as linhas orçamentárias do IICA, denominadas de Objetos de Gasto Maior (OGM), conforme especificados a seguir:

- OGM 1: Pessoal Permanente Internacional - Não se aplica.
- OGM 2: Pessoal Permanente Nacional - Não se aplica.
- OGM3: Treinamento e Capacitação - Viabilização da participação de especialistas nacionais e internacionais nas iniciativas de capacitação e de intercâmbio de experiências/ conhecimento
- OGM 4: Viagens de Pessoal Permanente - Não se aplica.
- OGM 5: Publicações - Resultados mais relevantes desenvolvidos no âmbito do presente Projeto destinados aos atores sociais que trabalham com o tema.
- OGM 6: Aquisições - Não há previsão.
- OGM 7: Serviços Gerais e Eventuais - Não há previsão.
- OGM 8: Contratos por Resultado e Serviços - Consultoria prestada por especialistas ou por pessoas jurídicas qualificadas.
- OGM 9: Outros custos - Custos administrativos e técnicos indiretos do IICA e outros.

Nesse aspecto, o orçamento total do PCT BRA/IICA/14/001 durante o período do janeiro de 2014 a dezembro de 2018, está apresentado no Quadro 6, detalhado por ano e OGM.

Quadro 6 - Orçamento do PCT BRA/IICA/14/001

Período de Referência: 01 janeiro de 2014 a 26 de dezembro de 2018

OGM	Em R\$					
	Orçamento 2014	Orçamento 2015	Orçamento 2016	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Orçamento Total
1. Pessoal Permanente Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Pessoal Permanente Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Treinamento, Capacitação e Eventos	111.000,00	255.000,00	280.000,00	300.000,00	194.000,00	1.140.000,00
4. Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Publicações	65.714,30	144.571,46	164.285,75	170.857,18	111.714,31	657.143,00

Em R\$

OGM	Orçamento 2014	Orçamento 2015	Orçamento 2016	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Orçamento Total
6. Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7. Comunicação e Manutenção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8. Consultorias e Prestação de Serviços	752.600,00	1.655.720,00	1.881.500,00	1.956.760,00	1.279.420,00	7.526.000,00
9. Outros Custos	20.000,00	44.000,00	50.000,00	52.000,00	34.000,00	200.000,00
Subtotal	949.314,30	2.099.291,46	2.375.785,75	2.479.617,18	1.619.134,31	9.523.143,00
TIN 5% do Subtotal	47.465,72	104.964,57	118.789,29	123.980,86	80.956,72	476.157,15
Total	996.780,02	2.204.256,03	2.494.575,04	2.603.598,04	1.700.091,03	9.999.300,15

O Quadro 7 demonstra os gastos realizados no âmbito do PCT BRA/IICA/14/001 durante o período de janeiro a dezembro de 2014, detalhados por ano e OGM. Não há registros de movimentação financeira para o ano 2013, uma vez que o PCT foi assinado no dia 26 de dezembro.

Nesse aspecto, comparando o orçamento com a execução dos recursos aplicados no PCT no referido período, pode-se observar que a execução foi de 38,12%. Considera-se o baixo índice em decorrência dos trâmites administrativos e financeiros, no âmbito do IICA e do MMA, necessários para o início das atividades do Projeto, portanto os primeiros gastos foram realizados apenas no mês de julho de 2014. Nota-se que, apesar do baixo desempenho, a maior execução no contexto da linha orçamentária 3, no valor de R\$ 157.418,18 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dezoito reais e dezoito centavos), superou o orçamento previsto para este OGM. Os gastos realizados para a linha orçamentária 8 – Contratos por Resultados foi de R\$ 209.520,17 (duzentos e nove mil, quinhentos e vinte reais e dezessete centavos). Não houve gastos para o OGM 5 – Publicações.

Quadro 7 - Orçamento e Execução Financeira Total do PCT BRA/IICA/14/001, por OGM

Período de Referência: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014

Em R\$

OGM	Orçamento 2014	Execução 2014
1 - Pessoal Internacional	0,00	0,00
2 - Pessoal Nacional	0,00	0,00
3 - Capacitação e Treinamento	111.000,00	157.418,18
4 - Viagens de Pessoal Permanente	0,00	0,00
5 - Publicações	65.714,30	0,00

Em R\$		
OGM	Orçamento 2014	Execução 2014
6 - Equipamentos e Aluguel	0,00	0,00
7 - Comunicação e Manutenção	0,00	0,00
8 - Contratos por Resultados	752.600,00	209.520,17
9 - Diversos + TIN	67.465,72	13.000,46
Total	996.780,02	379.938,81
Percentual	100,00 %	38,12 %

Propondo o adequado desenvolvimento das atividades do PCT, foi aportado no ano de 2014 o montante de R\$ 1.039.000,00 (um milhão e trinta e nove mil reais), proveniente de repasse financeiro efetuado por meio de uma ordem bancária em favor do IICA, conforme demonstrado no Quadro 8.

Cabe ressaltar que durante o ano de 2014 também foram apropriados ao orçamento do PCT o valor de R\$ 18.879,89 (dezoito mil, oitocentos e setenta e nove reais e oitenta e nove centavos), referente aos rendimentos auferidos de aplicação financeira, efetuada pelo IICA com recursos aportados no Projeto.

Quadro 8 - Repasses de Recursos Financeiros do MMA para o PCT BRA/IICA/14/001
Período de Referência: 26 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014

Em R\$		
Ordem Bancária	Data	Aporte
OB 800038	10/03/14	1.039.000,00
Total		1.139.000,00

Cabe ressaltar que esta é uma avaliação parcial da execução financeira do PCT BRA/IICA/14/001 durante o período de janeiro a dezembro de 2014, uma vez que o Projeto está em pleno desenvolvimento de suas atividades e tem seu término previsto para dezembro de 2018.

3.2.7 BENEFICIÁRIOS

Estão elencados a seguir os beneficiários do PCT BRA/IICA/14/001:

- a) O Governo Federal, por meio dos ministérios e órgãos de atuação nacional e regional, pois contará com estudos e projetos que lhe permitirão avançar na prevenção, controle e combate à desertificação e mitigação dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas.
- b) O Ministério do Meio Ambiente que terá sua imagem institucional fortalecida, propondo e implementando estratégias e políticas públicas de desenvolvimento sustentável adequadas às ASD, além de atender aos compromissos nacionais e aos compromissos do governo brasileiro frente a UNCCD e a outros fóruns como o MERCOSUL, a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
- d) A Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCDD), à medida que receberá contribuições técnicas atendidas pelo MMA em temas relacionados a prevenção, controle e combate à desertificação e mitigação dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas, facilitando a consolidação de espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e organizações da sociedade civil.
- e) Governos estaduais e municipais, uma vez que a implementação de estratégias e de políticas, programas, projetos e instrumentos voltados para as ASD significará meios para a execução dos programas de ação estaduais e municipais de combate à desertificação.
- d) Universidades, centros de pesquisas, instituições técnicas e redes de pesquisa e produção envolvidos na consolidação de ações previstas no Projeto para as ASD que contribuirão para o combate à desertificação ao buscar integrar “investigação de campo e produção científica” oferecendo respostas concretas às demandas mais prementes da sociedade neste aspecto.
- e) As agências de cooperação técnica internacional envolvidas na implementação de ações articuladas previstas pelo Projeto potencializarão os benefícios na consolidação de redes de cooperação e na integração de ações dos diferentes setores dos três níveis de governo e sociedade civil.
- f) A população em geral das ASD distribuída em 1.488 municípios, considerada beneficiária direta das políticas públicas inclusivas e de desenvolvimento sustentável.
- g) Todos os envolvidos na execução do projeto que, beneficiários do processo de absorção do conhecimento atualizado sobre o combate à desertificação, melhor desempenharão suas atividades.

3.2.8 SITUAÇÃO PÓS PROJETO

Não foi possível analisar o cenário e o legado do PCT considerando que o mesmo tem apenas um ano de efetiva execução.

3.3 O PROGRAMA DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA SECA NA AMÉRICA DO SUL

3.3.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Agência Executora: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA
Código/Sigla do Projeto: Convênio ATN/JF – 7905-RG - IICA/BID
Título do Projeto: Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul
Breve Descrição do Projeto: Propiciar uma base referencial e conceitual para confrontar a questão da degradação das terras nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, e os efeitos da seca, nos seguintes Países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Peru.
Áreas geográficas beneficiadas: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Peru.
Duração do Projeto (em meses/anos): Início do Projeto: Aprovado em 2002 - 20/09/02 - Convênio de execução entre BID, Governo, Japão e IICA, como agência executora, e Fundação Esquel, como apoio técnico. - 01/11/02 - Assinatura carta de intenções pelos Pontos Focais dos países nacionais participantes; RIOD, Fundação Esquel, IICA e o Secretário Executivo da UNCCD. - 31/01/03 - Início do processo de Accreditation do IICA junto à UNCCD - 01/02/03 - Plano de Trabalho - 02/02/03 - Plano de Operações Término do Projeto: 2006
Origem dos Recursos: Fundo Especial do Governo do Japão via Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID Custo total: \$1.090.000

3.3.2 CONTEXTO INSTITUCIONAL E POLITICO QUE ANTECEDEU A FORMALIZAÇÃO DO PROJETO

A situação que caracterizava os países participantes no final de 2002 era certamente bastante diferenciada. Chile e Argentina, apresentavam maior grau de organização institucional e de ações na área, não apenas em termos de políticas públicas como também em termos de capacitação científica e experiências de campo no combate à desertificação.

Instituições como a Universidad de Chile e o Instituto Argentino de Investigación de Zonas Áridas (Iadiza), na Argentina, eram em muitos campos referências e líderes no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e combate à desertificação na Região. Tanto a Argentina como o Chile têm extensas áreas do território nacional sujeitas à desertificação (60% na Argentina e 45% no Chile, que incluem importantes áreas agrícolas, como Mendoza na Argentina e vales de produção irrigada no Chile).

No Brasil, o tema, que tinha sido promovido durante a segunda metade dos anos 90, culminando com a organização da COP – III, em Recife (15 a 26 de Novembro de 1999), havia entrado em letargia desde o início da década atual. Praticamente não se falava em desertificação, e o tema entrava na agenda negativa, que precisava ser escondida, e não enfrentada. No plano institucional, o assunto era tratado no nível de 3º escalão da Administração Federal, e o ponto focal, que antes do Programa, era um técnico, foi assumido pelo próprio Secretário de Estado da Secretaria de Recursos Hídricos vinculado ao Ministério do Meio Ambiente - MMA a partir de 2003.

Peru e Bolívia são países que têm extensas áreas em processo de desertificação (41% e 22% do território, respectivamente), onde vivem quase 5 milhões de pessoas no Peru e 20 milhões na Bolívia; na maioria são terras no altiplano, sobre exploradas economicamente e algumas sobre povoadas, sujeitas a fenômenos naturais e ações antrópicas. No Equador a área geográfica é pequena, mas significativa em termos de população afetada. Em que pese a importância das áreas afetadas por processos mais ou menos avançados de desertificação, nenhum destes países contava com mecanismos de monitoramento e muito menos com ações abrangentes de combate do processo.

Entre os organismos internacionais havia pouco, ou nenhuma coordenação. A própria Conferência havia perdido o ímpeto inicial, e apresentava baixa capacidade para apoiar os países da região na formulação de estratégias e implementação de políticas de combate à desertificação. Iniciativas anteriores, do próprio BID e da CEPAL, não haviam sido concluídas e não se articulavam. Entre as agências de cooperação técnica não se registrava nenhum programa relevante na área. A tarefa inicial do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca na América do Sul - PCD foi o de articular os esforços e coordenar as ações com outras instituições, tanto no plano nacional como internacional.

3.3.3 OBJETIVOS PROPOSTOS

Objetivo Principal: Propiciar uma base referencial e conceitual para confrontar a questão da degradação das terras nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, e os efeitos da seca, nos seguintes Países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Peru, países que ratificaram a Convenção de Combate à Desertificação, e desde 1996 têm-se dedicado ao desenvolvimento de uma metodologia para a seleção de indicadores de desertificação (físicos, biológicos, socioeconômicos e institucionais).

Objetivos específicos:

- Aumentar a capacidade institucional dos países participantes para combater os problemas socioeconômicos e ambientais associados / causados pela seca e degradação de terras áridas que caracterizam o processo de desertificação;
- Desenvolver e aplicar indicadores padronizados de desertificação;
- Contribuir para identificar as causas da desertificação;
- Contribuir para a redução do processo de desertificação.

O Programa compreende três componentes:

- A harmonização e aplicação dos Indicadores de Desertificação existentes. (coleta de dados, armazenamento, processamento e análise de informações);
- A elaboração de orientações e diretrizes e eventualmente a proposição de políticas dirigidas ao combate à desertificação;
- O fortalecimento institucional por meio da capacitação e da conscientização pública e disseminação da informação. Estas atividades estão concatenadas com as áreas prioritárias definidas nas Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação (a Conferência, COP-6, realizada de 25 de Agosto a 05 de Setembro de 2003 em Havana-Cuba) e destacada nos Planos de Ação Nacional dos países participantes.

3.3.4 SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA IICA/BID

Id.	Atividades/indicadores	Verificação	Status	Nível de execução
Harmonização e aplicação dos indicadores	Guia sobre Indicadores de Desertificação, preparado e em uso.	Plano de Trabalho para o 1º ano em execução.	Ok.	Plenamente.

Id.	Atividades/indicadores	Verificação	Status	Nível de execução
existentes	Guia sobre monitoramento, incluindo dados de linha de base, preparado.	Relatórios periódicos de avaliação.	Ok para o Guia e seleção dos dados.	Plenamente.
	Pelo menos 6 sítios pilotos estabelecidos.		Implantação dos dados em curso.	
			4 Pilotos implantados e em estágio inicial de observação.	Parcialmente.
Fortalecimento institucional e capacitação (<i>training</i>)	Instalação em instituições selecionadas de hardware, <i>software</i> para monitorar os indicadores de desertificação.		Ok	SigIndes desenvolvido e operacional
	Pelo menos 1 curso de capacitação sobre o uso do sistema.		Ok.	Plenamente.
	Pelo menos 3 cursos com 30 participantes relacionados aos projetos pilotos para sensibilização sobre o tema.		Ok.	Eventos realizados com participação total superior a 90 pessoas
	Pelo menos 3 cursos, com 30 participantes, sobre o monitoramento do processo de desertificação por meio dos indicadores.		Ok.	2 Eventos realizados com participação de todos os países
Desenho de políticas e <i>public awariness</i>	Propostas de políticas para atuar sobre as causas de desertificação.	Relatórios técnicos preparados por consultores.	Ok.	Plenamente.
	Pelo menos 1 workshop nacional.	Relatórios dos <i>workshops</i> .	Ok.	Plenamente.
	Disseminação de informação pela internet, imprensa etc.	Relatórios periódicos.	Ok.	Plenamente.

3.3.5 BENEFICIÁRIOS

O Programa também objetiva promover a conscientização e sensibilização pública para problemas ambientais associados ao processo da desertificação. Indicadores e Referencias serão

identificados nos Países, e consolidados em escala regional para apoiar especialistas e as comunidades locais na avaliação das causas que levam à desertificação.

A consolidação dos indicadores socioeconômicos e ambientais em nível regional, assim como, sua aplicação e avaliação nos projetos piloto, deverá fornecer elementos informativos essenciais e conclusivos, para a formulação de políticas ou programas orientados para a identificação das causas da desertificação.

O treinamento especialmente orientado para grupos específicos deverá contribuir para a melhoria do planejamento e gerenciamento e utilização dos recursos naturais. As atividades complementares para o fortalecimento institucional deverão propiciar sustentação adicional neste aspecto.

Da mesma forma, o treinamento preconizado deverá enfatizar a conservação e a proteção dos recursos naturais das terras áridas, assim como, destacar a necessária adoção de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis no contexto do uso sustentável dos recursos naturais das terras áridas.

Ressalta-se que o Programa deverá fortalecer a cooperação existente na conservação e gerenciamento de terras áridas, entre instituições governamentais e não governamentais, em nível nacional ou regional. Esta cooperação deverá assegurar um intercâmbio contínuo de experiências técnicas em combate à desertificação e gestão de terras áridas.

Neste contexto, o organismo executor IICA desempenha um papel preponderante e fundamental em nível regional no âmbito da cooperação técnica, propiciando a necessária articulação e interação com instituições e especialistas, promovendo a combinação de esforços e evitando a superposição de atividades e dispêndios de recursos humanos e financeiros.

3.3.6 A SITUAÇÃO PÓS PROJETO

Apesar de não ter logrado todas as metas definidas ex-ante, o Programa de Combate à Desertificação foi exitoso e realizou, além de parte substancial do previsto, outras atividades relevantes não planejadas inicialmente, não devido um desvio ou falha mas sim devido à própria impossibilidade do Prodoc antecipar os cenários institucionais nos quais o Programa seria executado.

É bastante difundida, na América Latina, a percepção de programas de cooperação técnica como meros mecanismos de financiamento de ações locais que estão sub-financiadas devido à restrição fiscal que pesa sobre os organismos nacionais. Em que pese a limitação de recursos, o

Programa logrou estabelecer vínculos estreitos com os pontos focais dos diversos países, e mobilizá-los em torno dos objetivos do Programa e de ações concretas de combate à desertificação. No entanto, o ritmo do desenvolvimento do Programa, foi bastante diferenciado entre os países. Dois aspectos pesaram no ritmo do progresso registrado. De um lado, a continuidade e estabilidade dos pontos focais, e de outro a própria inserção destes na estrutura do governo. Naqueles países nos quais os pontos focais acompanharam e participaram do Programa durante mais tempo, o Programa teve mais relevância, pode contribuir para modificar o status com que o tema era tratado no nível governamental e até fortalecer a institucionalidade do tema.

O Brasil é, neste particular, o melhor exemplo: no início do Programa o combate à desertificação sequer estava na agenda do governo federal, e contava com dois funcionários que respondiam pelo acompanhamento, meramente formal, dos compromissos assumidos pelo país no âmbito da Convenção. Em 2007 o país conta com um plano de combate à desertificação aprovado e em fase de implantação, uma coordenação que responde diretamente ao secretário do ministério, e que trabalha em tempo integral no assunto com aproximadamente 15 técnicos permanente. No outro extremo temos a Bolívia, cujas trocas sucessivas de ministros e pontos focais dificultaram o aprofundamento das ações do Programa; como caso intermediário temos o Equador, cujo ponto focal participou do Programa desde o início, mas cujas ações foram restringidas pela própria inserção na estrutura de governo, de nível técnico, sem acesso facilitado aos níveis mais elevados do poder decisório na área.

Na medida em que o Programa se colocou sempre como um fomentador, e não como responsável direto pela execução, sua ação ficou, naturalmente, condicionada pelo interesse e apoio dos governos dos países participantes. Embora se considere que o progresso foi generalizado, foi diferenciado e talvez o principal fator explicativo seja o próprio interesse dos governos. Claro que se poderia argumentar que o Programa falhou em não ter logrado interessar tanto quanto o desejável a todos os governos para a importância do tema, e desta forma romper o círculo vicioso mencionado acima.

Independente da validade desta possibilidade, o que fica evidente é que o Programa focou, corretamente, onde havia mais potencial, evitando a atitude que seria mais fácil de distribuir recursos de forma igual. Esta estratégia permitiu que se alcançassem os êxitos em relação aos indicadores, sistema de avaliação, desenho dos pilotos etc., e a melhorar de forma substancial a capacitação dos países líderes para lidar com o assunto. Dificilmente isto teria sido possível com a estratégia de distribuição igual de fundos, ou se o foco tivesse sido nos mais débeis. Ao apoiar as

experiências que já estavam em curso, o Programa contribuiu para elevar a capacidade da região no tema da desertificação e para criar uma rede, ainda informal, de instituições que estão em condição, numa eventual segunda fase, de apoiar os países mais fracos. O êxito desta estratégia se manifesta nas cooperações horizontais entre os países, algumas já estão em curso, como a iniciativa do Brasil de uma articulação estratégica entre os países do Mercosul, e as ações comuns no âmbito da Convenção.

Em 2007 o Brasil contava com um plano de combate à desertificação aprovado e em fase de implantação, uma coordenação que responde diretamente ao secretário do ministério, e que trabalha em tempo integral no assunto com aproximadamente 15 técnicos permanentes. No outro extremo temos a Bolívia, cujas trocas sucessivas de ministros e pontos focais dificultaram o aprofundamento das ações do Programa; como caso intermediário temos o Equador, cujo ponto focal participou do Programa desde o início, mas cujas ações foram restringidas pela própria inserção na estrutura de governo, de nível técnico, sem acesso facilitado aos níveis mais elevados do poder decisório na área.

Na medida em que o Programa se colocou sempre como um fomentador, e não como responsável direto pela execução, sua ação ficou, naturalmente, condicionada pelo interesse e apoio dos governos dos países participantes. Embora se considere que o progresso foi generalizado, foi diferenciado e talvez o principal fator explicativo seja o próprio interesse dos governos.

A análise das ações do Programa não deixam dúvidas quanto à atuação positiva do mesmo no sentido de fortalecer as instituições nacionais envolvidas direta e indiretamente no combate à desertificação. Esta percepção se baseia nas ações de capacitação realizadas direta e indiretamente pelo Programa, na revalorização do tema de combate à desertificação nas agendas nacionais, na participação dos países em eventos internacionais, no papel positivo do Programa na articulação de interesses dos países da região nos reuniões da Convenção e nos ganhos de capacidade técnica e institucional advindos do trabalho de desenvolvimento dos indicadores e do sistema de monitoramento do processo de desertificação.

O Programa contribuiu para o fortalecimento institucional nos seis países envolvidos, e para a capacitação de recursos humanos que trabalham na área do combate à desertificação. Um indicador deste fortalecimento são os planos nacionais de combate à desertificação e a presença mais ativa dos países nas reuniões internacionais da Convenção. Também se observa que a

preocupação com a desertificação, antes restrita a poucas pessoas diretamente responsáveis pelo assunto, ganhou espaço e passou a ser considerada no desenho de várias políticas públicas.

O Prodoc privilegiou o curso como instrumento de capacitação e de sensibilização para o tema. Neste sentido, o Programa, ademais dos cursos, ampliou bastante a atuação voltada para sensibilização e conscientização, por meio de palestras, participação em reuniões locais, informação na web, trabalho de informação junto a políticos interessados no assunto, preparação e publicação de folhetos e material impresso de difusão; também proveu apoio técnico e financeiro para a atuação dos pontos focais nacionais, responsáveis pela área de combate à desertificação nas estruturas dos governos. Em particular nos três países líderes, e em menor medida no Equador, os pontos focais intensificaram, com o apoio do Programa, ações de sensibilização e conscientização.

Um indicador do fortalecimento institucional são os planos nacionais de combate à desertificação e a presença mais ativa dos países nas reuniões internacionais da Convenção. Também se observa que a preocupação com a desertificação, antes restrita a poucas pessoas diretamente responsáveis pelo assunto, ganhou espaço e passou a ser considerada no desenho de várias políticas públicas.

A definição e a harmonização dos indicadores foram plenamente alcançadas; os trabalhos técnicos foram consolidados no livro “Indicadores de la Desertificación para América del Sur”, editado em 2006.

3.4 O PROJETO ECONORMAS/MERCOSUL - APOIO AO APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MERCOSUL

3.4.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Execução: O programa é implementado por meio do regime de gestão parcialmente descentralizada: - Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU) da República Oriental do Uruguai - Entidade Executora e coordenação operacional do Projeto. - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, escritório IICA Uruguai coordenador da execução do Projeto. - No Brasil: o Coordenador Nacional do Sub Grupo de Trabalho N°6 "Meio Ambiente" e o Ponto Focal Nacional da UNCCD - ambos do Ministério do Meio Ambiente acompanham a execução.
Código/Sigla do Projeto: ECONORMAS /MERCOSUL
Título do Projeto: "Apoio ao aprofundamento do processo de integração econômica e ao desenvolvimento sustentável do Mercosul" - "DCI-ALA/2009/19707
Breve Descrição do Projeto: No componente Desertificação e Seca do projeto ECONORMAS, na linha de ação “luta contra a

desertificação e os efeitos da seca (DyS)”, o projeto tem como objeto estabelecer a integração e a difusão de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, a princípio, em quatro zonas da região MERCOSUL e deverá fornecer subsídios para a convergência dos Planos de Ação Nacionais dos países membros do Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e o alinhamento às novas diretrizes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD.

Áreas geográficas beneficiadas: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai

Duração do Projeto (em meses/anos): 60 meses

O período de execução compreende duas fases:

1) Fase de execução, iniciada após a entrada em vigor do acordo de financiamento (23 de novembro, 2009) e tem uma duração de 54 meses.

2) fase de encerramento, com duração de seis meses, a contar da data do termo da fase de execução.

Orçamento do Projeto:

O orçamento total do ECONORMAS é de 18 milhões de euros, dos quais 12 milhões de euros são provenientes do Orçamento Geral da União Europeia e 6 milhões de euros provenientes do Mercosul.

3.4.2. CONTEXTO INSTITUCIONAL E POLITICO QUE ANTECEDEU A FORMALIZAÇÃO DO PROJETO

No contexto internacional a desertificação é reconhecida como uma problemática socioambiental de grandes dimensões e complexidades que afeta as regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas da Terra. O processo de desertificação é resultado de uma combinação de fatores climáticos e de manejo da terra que afeta a fertilidade dos solos levando à perda da produtividade, da qualidade ambiental e da biodiversidade. Essas perdas contribuem para a insegurança alimentar e pobreza, gerando um enorme custo humano e econômico.

O crescimento dos problemas relacionados à desertificação em todo o mundo, fez com que o tema fosse incluído na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, conhecida como Rio 92. Durante essa Conferência, vários países afetados por processos de desertificação, especialmente da África, propuseram a elaboração de uma convenção da ONU sobre o tema.

Nesse viés, deu-se a elaboração da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação (UNCCD), constituída por um acordo internacional entre países partes e que tem por objetivo “o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca grave e/ou desertificação, particularmente na África, através da adoção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiadas em acordos de cooperação internacional e de parceria, no quadro de uma abordagem integrada, coerente com a Agenda 21, que tenha em vista contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afetadas" (UNCCD, Artigo 2º: Objetivo)

Os países Partes ao firmarem a Convenção assumem compromissos de implementar em seus territórios ações de combate à desertificação preconizadas por este marco legal internacional. A elaboração e implementação de Planos de Ação Nacionais de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN's é uma das principais obrigações. Estes instrumentos identificam em cada País as inúmeras atividades econômicas (agrícolas, industriais, extração mineral, entre outras) que impactam o ambiente contribuindo para a sua degradação e, concomitantemente, delimitam as áreas com risco à desertificação e afetadas por secas como foco de atuação de cada Plano.

Dadas as fragilidades institucionais, a carência de recursos financeiros e especificidades de cada país, as iniciativas propostas pelos PAN's apresentam resultados aquém do esperado. No nível regional os Países Partes da UNCCD se comprometem a construir estratégias para integração de esforços em diferentes escalas de modo a contribuir para melhorar a eficiência dos PAN's e maior eficácia na implementação da Convenção. A cooperação regional se dá com proposição e execução de ações de comum acordo voltadas para a gestão sustentável dos recursos naturais transfronteiriços, a troca de experiências, a disseminação de tecnologias e de boas práticas de combate à desertificação e ao fortalecimento das capacidades técnico-operacional de instituições e entidades que atuam com o tema.

No âmbito do MERCOSUL, no componente desertificação e seca, levou-se em consideração a necessidade de se dispor de instrumentos institucionais que permitam harmonizar e complementar as ações preconizadas pela Convenção e pelos PAN's nas zonas regionais afetadas.

O Projeto Econormas vem ao encontro do que é proposto pelos instrumentos acima referidos ao visar um trabalho de articulação regional sobre o tema, mobilizando os países do MERCOSUL para um esforço de convergência dos PAN's como estratégia regional de enfrentamento desta problemática em zonas críticas homogêneas.

3.4.3 OBJETIVOS E RESULTADOS PROPOSTOS

Objetivo Geral: melhorar a qualidade e a segurança dos produtos do Mercosul e reforçar a sua capacidade de conciliar o crescimento econômico e a atividade comercial com a gestão sustentável dos recursos e reforçar a proteção ambiental.

Objetivo Específico: é promover a consolidação e integração do Mercosul e para o desenvolvimento sustentável da região através da promoção de boas práticas de produção e

consumo sustentáveis, o reforço da proteção do ambiente e da saúde, bem como o aumento do comércio através da convergência de regulamentos técnicos e avaliação da conformidade.

O ECONORMAS é um projeto piloto que visa convergir as estratégias transversais de cada Estado Parte em estratégias regionais coerentes e executáveis, além de articular quatro linhas de ações integradas e complementares entre si:

1. A promoção da produção e do consumo sustentáveis (PCS),
2. A luta contra a desertificação e os efeitos da seca (DyS),
3. Avanços para a implementação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (SGA), definidos pelo SGT N° 6, e
4. A convergência da base normativa e regulamentadora - qualidade e segurança - dos produtos em áreas específicas selecionadas - madeira e móveis (no Uruguai e no Paraguai), produtos elétricos, metalomecânica – e criação de capacidades regionais de avaliação da conformidade.

As atividades relacionadas ao Componente “Combate à desertificação e aos efeitos da seca (DYS)” visam promover a convergência dos planos nacionais de luta contra a DYS através de um programa regional no MERCOSUL e implementação de intervenções-força curativa ou corretiva por parte do governo, pelo menos em quatro áreas homogêneas selecionadas pelos Estados Partes, através do SGT6. Além disso, buscam identificar e implementar pelo menos quatro intervenções preventivas, corretivas ou curativas, para fins de demonstração em cada Estado-Parte, em algumas das áreas identificadas como prioritárias (por exemplo, reflorestamento com espécies nativas, fortalecimento dos interstícios da natureza entre as culturas, uso do solo compatível com a vocação ecológica, controle de enxurradas, recuperação de solos salinos). Estas intervenções serão identificadas e devem ser propostas pelo Comitê de Direção do Projeto e implementado pelo governo central e / ou locais de cada Estado Parte.

Com esta atividade se pretende focar em resolver o problema "sob medida" não só para o Mercosul, mas para cada uma das áreas identificadas. Portanto, espera-se delimitar, em cada uma das zonas, áreas-piloto representativas, de pequena extensão e desenvolver um plano detalhado para cada uma delas que depois possa ser estendido para toda a área. O principal critério para estabelecê-las é o da representatividade do problema na área em questão. Dois critérios principais serão considerados na identificação de áreas-piloto: a

natureza geográfica e o tamanho das explorações, mas a estes se podem adicionar outros que sejam considerados oportunos.

3.4.4 QUESTÕES QUE MOTIVARAM O PROJETO

Com apoio do PCT BRA/IICA/05/001, foi desenhada no âmbito Mercado Comum do Sul - MERCOSUL uma proposta de estratégia de luta contra a desertificação e mitigação dos efeitos da seca para a região. Esta proposta se inseriu como base para o componente desertificação e seca do Projeto ECONORMAS de "Apoio ao Aprofundamento do Processo de Integração econômica e ao desenvolvimento sustentável do Mercosul", especificamente nas etapas de desenvolvimento do Projeto "ECONORMAS 018/2012/Intervenciones de Lucha contra la Desertificación y la Sequía".

O ECONORMAS foi formulado com base nas políticas regionais do Mercosul e nas agendas setoriais dos seus grupos técnicos e dos fóruns políticos. Suas atividades visam a melhorar a qualidade e segurança dos produtos da região, bem como ao crescimento harmônico das atividades econômicas e comerciais, fortalecendo assim a produção e o consumo sustentável, além da proteção ao meio ambiente e à saúde.

O projeto foi lançado em dezembro de 2009 como experiência piloto para a Região, com durabilidade de 60 meses. Está sendo realizado por cada um dos Estados Partes, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e é operado pelo Laboratório Tecnológico do Uruguai. O orçamento total do ECONORMAS é de 18 milhões de euros, dos quais 12 milhões de euros são provenientes do Orçamento Geral da União Europeia e 6 milhões de euros provenientes do Mercosul.

O projeto faz parte do Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013 para a cooperação da União Europeia com o Mercosul. Este programa está ancorado em três pilares:

- Apoio à institucionalização do Mercosul;
- Apoio à consolidação e ao aprofundamento;
- Os esforços para fortalecer e melhorar a participação da sociedade civil e conhecimento do processo de integração regional.

O Programa Indicativo Regional (PIR) 2007-2013 surge de estratégias, planos e agendas setoriais definidos pelo próprio Mercosul, através dos seus grupos técnicos (Sub Grupo de Trabalho Nº 3 "Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade" e Subgrupo

de Trabalho Nº 6 "Meio Ambiente") e seus fóruns políticos (ex. Reunião de Ministros dos setores ambiente, comércio e indústria).

Definida pelo SGT Nº3 A Resolução GMC Nº41/09 aprovou a assinatura do Convênio de Financiamento para o Projeto “Programa de Apoio ao Aprofundamento do Processo de Integração Econômica e Desenvolvimento Sustentável do Mercosul (ECONORMAS MERCOSUL)” DCI-ALA/2009/19707 entre a Comunidade Europeia representada pela Comissão das Comunidades Europeias e o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), representado pelo Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, que nomeia o Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU) da República Oriental do Uruguai como Entidade Executora do Projeto.

Foi nomeado um Coordenador Nacional em cada país e por Subgrupo de Trabalho que auxiliará os Coordenadores Nacionais e Suplentes dos Subgrupos, em apoio ao trabalho do Diretor do Programa e do responsável contábil. No caso do Brasil o Coordenador Nacional do Sub Grupo de Trabalho Nº6 "Meio Ambiente" é o Coordenador para Assuntos Bilaterais e Regionais da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente.

Para coordenar a execução das atividades do ECONORMAS no seu componente “Desertificação e Seca” a União Europeia selecionou o IICA considerando que este é um organismo de cooperação internacional vinculado à Organização dos Estados Americanos – OEA e que atua na área abrangida pelo Mercosul. Esta coordenação é realizada em comum acordo com Coordenador Nacional do Sub Grupo de Trabalho Nº6 "Meio Ambiente” e os Pontos Focais Nacionais da UNCCD dos quatro países membros do Mercosul - Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Esta consultoria focou sua abordagem sobre o Projeto ECONORMAS no componente Desertificação e Seca considerando que este é o tema objeto de avaliação da cooperação entre o MMA e o IICA. O resultado esperado para o referido componente é uma convergência de planos nacionais para combater a desertificação e os efeitos da seca (DYS), por meio de um Programa Subregional do Mercosul envolvendo a elaboração de planos participativos de intervenção em áreas selecionadas.

3.4.5 SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PROJETO

A primeira fase do Projeto ECONORMAS foi assim constituída:

- (i) identificação e diagnóstico de zonas críticas do MERCOSUL do ponto de vista dos riscos e processos ativos de desertificação e seca, nas quais será possível, posteriormente, a execução de intervenções físicas de caráter demonstrativo do MERCOSUL;
- (ii) levantamento e realização de análise comparativa dos PANs, definição de linhas de base por país e por sub-regiões incluindo subsídios para o alinhamento com a UNCCD e proposta de convergência regional dos planos.

Foram contratados consultores que elaboraram os produtos previstos para a 1ª fase do Projeto ECONORMAS, descritos a seguir:

- Análise do PAN Brasil com vistas à estratégia decenal da UNCCD com relação à problemática da seca e impactos sobre a saúde, perda da biodiversidade, erosão, solos, economias locais, qualidade e quantidade da água disponível – um Relatório Técnico contendo matrizes de identificação fornecendo subsídios para o processo de revisão do PAN Brasil
- Relatório Técnico contendo o levantamento dos atores sociais relevantes para a realização de entrevistas, a análise dos resultados dos questionários aplicados, o levantamento de fontes de informação secundárias, a definição de uma matriz de indicadores de desertificação e seca e a apresentação da metodologia a ser considerada para o desenvolvimento o estudo de zonas críticas no Brasil do ponto de vista dos riscos e processos de desertificação e em especial os afetadas pela seca.
- Estudo de identificação, mapeamento e diagnóstico de zonas críticas do Brasil, do ponto de vista dos riscos e processos ativos de desertificação e em especial os afetados pela seca – um Relatório Técnico contendo matriz de identificação e caracterização quantitativa e qualitativa da situação problemática das zonas críticas relativas a problemática da seca e desertificação; mapas das zonas críticas identificadas e recomendações de intervenções nas zonas identificadas.
- Para a segunda fase do projeto foram elaborados produtos e realizadas as seguintes atividades:
- Projeto Básico Executivo para as ações de intervenções físicas de preservação, reabilitação, adaptação ou mitigação nas zonas críticas, conforme delimitação e recomendações da primeira parte da primeira fase Projeto, além da elaboração e divulgação de guia de boas práticas.

- Publicação do Edital de manifestação de Interesse Nº 111/2014 com objetivo de selecionar projeto para apoiar as iniciativas de caráter demonstrativo no âmbito do Projeto ECONORMAS/MERCOSUL de “Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca” nas comunidades rurais de Aroeira, Cacimba Salgada e no Assentamento Mandacaru do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), microrregiões selecionadas para a intervenção no município de Irauçuba-CE. As iniciativas contemplarão o desenvolvimento e a difusão de boas práticas e tecnologias limpas, voltadas para o uso sustentável e integrado dos recursos naturais em Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) do Brasil.
- Por meio do Edital de Manifestação de Interesse 111/2014 foi selecionada a instituição “Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe - Fundação Araripe” para a implementação do projeto de “Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca”.
- Foi assinado contrato de prestação de serviços com a instituição Fundação Araripe que iniciou a execução do projeto em campo.
- Foi contratado consultor com perfil agroecologista e experiência em acompanhamento técnico de execução de obras ‘in situ’, para supervisionar o programa de intervenções em Irauçuba, estado do Ceará, pelo Projeto ECONORMAS/Desertificação/MERCOSUL.
- Foram realizados os seguintes eventos:
 - **24 de setembro de 2012 – Sede do MMA em Brasília/DF:** Apresentação, no âmbito da II Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, do projeto ECONORMAS e das bases para o alinhamento dos Planos de Ação Nacionais à Estratégia Decenal da Convenção de Combate à Desertificação.
 - **19 a 21 de março de 2013 – Montevideú/Uruguai:** Lançamento do “Acordo de Contribuição: Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca” celebrado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Grupo Mercado Comum do MERCOSUL.

- **19 de fevereiro de 2013 – sede do MMA em Brasília/DF:** Reunião para Alinhamento de ações de combate a desertificação no âmbito do Projeto ECONORMAS-MERCOSUL
- **23 e 24 de maio/2013,** no município de Irauçuba/CE: Reunião Técnica para levantamento de Subsídios para o Plano de Intervenção e projetos associados, instrumentos que comporão a Estratégia de Intervenções Físicas Demonstrativas de Prevenção, Mitigação e Reabilitação de Zonas de Risco de Desertificação e Seca no Núcleo de Desertificação de Irauçuba.
- **10, 11 e 12 de junho/2013, na sede do IICA em Brasília/DF -** Taller Regional para apresentação das ações de alinhamento dos Planos Nacionais de Combate à Desertificação à Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação-UNCCD e levantamento de subsídios para uma Proposta de Programa Regional MERCOSUL.

3.4.6 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO DO PROJETO ECONORMAS

Não foi possível apresentar uma análise mais aprofundada da execução financeira do projeto ECONORMAS considerando que o mesmo se encontra em fase de execução.

3.4.7 BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários diretos do projeto são os Estados do Mercosul - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - representados pelo Grupo Mercado Comum (GMC). O projeto tem uma dimensão regional e é executado em quatro Estados do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai).

3.4.8 SITUAÇÃO PÓS PROJETO ECONORMAS MERCOSUL

Não foi possível analisar o cenário e o legado do Projeto considerando que o mesmo se apresenta em efetiva realização de suas atividades.

ANEXO 1
Síntese da Execução do PCT BRA/IICA/05/004
Objetivo 1

ANEXO 2
Síntese da Execução do PCT BRA/IICA/05/004
Objetivo 2

ANEXO 3

Síntese da Execução do PCT BRA/IICA/05/004 Objetivo 3